



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GUSTAVO GOMES DE ALMEIDA MACHADO

**MOVIMENTOS DE AUTODESTRUÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES
NORTE-COREANAS SOBRE O JAPÃO NOS PERIÓDICOS KOREA TODAY E
PYONGYANG TIMES**

**CAMPINA GRANDE
2024**

GUSTAVO GOMES DE ALMEIDA MACHADO

**MOVIMENTOS DE AUTODESTRUICÃO: AS REPRESENTAÇÕES
NORTE-COREANAS SOBRE O JAPÃO NOS PERIÓDICOS KOREA TODAY E
PYONGYANG TIMES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Noemia Dayana de Oliveira.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M149m Machado, Gustavo Gomes de Almeida.
Movimentos de autodestruição [manuscrito] : as representações norte-coreanas sobre o Japão nos periódicos Korea Today e Pyongyang Times / Gustavo Gomes de Almeida Machado. - 2024.

45 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Coreia do Norte. 2. Japão. 3. Periódico estatal. 4. Representações. I. Título

21. ed. CDD 801.85

GUSTAVO GOMES DE ALMEIDA MACHADO

MOVIMENTOS DE AUTODESTRUICÃO: AS REPRESENTAÇÕES NORTE-COREANAS SOBRE O JAPÃO NOS PERIÓDICOS KOREA TODAY E PYONGYANG TIMES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Aprovada em: 15/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Noemia Dayana de Oliveira

Profª. Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente

gov.br

ROBERTO DA SILVA RIBEIRO

Data: 24/05/2024 15:07:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto da Silva Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSE OTAVIO AGUIAR

Data: 24/05/2024 10:20:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho à Valdeane Freitas (in
memoriam).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A MÍDIA NA RPDC	8
2.1 Pyongyang Times e Korea Today	11
3 A MILITARIZAÇÃO DO JAPÃO	13
3.1 As representações sobre a Militarização do Japão	16
4 PASSADO, PRESENTE E FUTURO: QUESTÕES NÃO SUPERADAS	24
5 TOK, TAKESHIMA: PODEM AS COREIAS TER UM OBJETIVO EM COMUM?	31
6 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	36
ANEXO A — TABELA DE PUBLICAÇÕES DA REVISTA KOREA TODAY ENTRE 2013 E 2019.	42
ANEXO B — TABELA DE PUBLICAÇÕES DO SEMANÁRIO PYONGYANG TIMES ENTRE 2018 E 2019	45

MOVIMENTOS DE AUTODESTRUICÃO: AS REPRESENTAÇÕES NORTE-COREANAS SOBRE O JAPÃO NOS PERIÓDICOS KOREA TODAY E PYONGYANG TIMES.

SELF-DESTRUCTION MOVEMENTS: NORTH KOREAN REPRESENTATION OF JAPAN IN THE PERIODICS KOREA TODAY AND PYONGYANG TIMES.

Gustavo Gomes de Almeida Machado^{1*}

RESUMO

O presente artigo visa analisar as representações do Japão nos periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, a partir do conteúdo e da forma como elas são apresentadas, compreendendo os interesses político-econômicos que permitiram a veiculação destas representações durante os anos de 2013 e 2019. Para isto, articulamos as noções de representação fornecidas pelo historiador francês Roger Chartier (2002) às publicações dos periódicos *Korea Today* e *Pyongyang Times* e com o auxílio dos estudos de Kretchun & Kim (2012), Nguyen (2015), Yoon (2020), Boschi (2021), Marcelo Neto (2021) e outros discutimos o contexto em que foram produzidas as representações analisadas. Neste sentido, evidenciou-se que os periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times* foram utilizados para legitimar discursos oficiais do governo Kim Jong Un em relação ao governo Abe Shinzō, no Japão, entre 2013 e 2019. Estes discursos afirmavam o caráter militarista, revisionista e expansionista do Japão que despertava receios em seus vizinhos e constituíam-se contrapontos para as narrativas, criadas no Japão e em países ocidentais, que identificavam a Coreia do Norte como causadora de instabilidades no Extremo Leste Asiático.

Palavras-Chave: Coreia do Norte; Japão; periódico estatal; representações.

ABSTRACT

This article aims to analyze the representations of Japan in the North Korean state newspapers *Korea Today* and *Pyongyang Times*, based on the content and the way in which they are presented, understanding the political-economic interests that allowed these representations to be broadcast during the years 2013 and 2019. For this, we articulate the notions of representation provided by the French historian Roger Chartier (2002) the publications of the periodicals *Korea Today* and *Pyongyang Times* and with the help of studies by Kretchun & Kim (2012), Nguyen (2015), Yoon (2020), Boschi (2021), Marcelo Neto (2021) and others, we were able to discuss the context in which the demonstrated representations were produced. In this regard, it became clear that the North Korean state newspapers *Korea Today* and *Pyongyang Times* were used to legitimize official speeches by the Kim Jong Un government in relation to the Abe Shinzō government, in Japan, between 2013 and 2019. These speeches affirmed the militarist, revisionist and expansionist character of Japan that aroused fears in its neighbors and constituted counterpoints to the narratives, created in Japan and in Western countries, that identified North Korea as causing instability in the Far East.

Keywords: North Korea; Japan; state media; representation.

¹ Graduando no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba. Endereço eletrônico: eugustavo1@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, os periódicos foram ignorados como fontes históricas por não serem objetivos e neutros em relação à realidade, impedindo o distanciamento, visto como necessário, entre o historiador e suas fontes e objetos, o que poderia conduzir a operação historiográfica a erros. No entanto, a compreensão das “distorções” presentes nestas fontes passaram a preocupar tanto os historiadores quanto a “reconstituição” dos fatos históricos, tornando a “realidade” das páginas dos periódicos mais um entre os objetos passíveis de investigação histórica, como Tânia Regina de Luca (2008) explica:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. (LUCA, 2008, p. 139)

Nesta perspectiva, admitimos que os jornalistas escrevem e os periódicos publicam preocupados mais em representar seus interesses econômicos, políticos, sociais e culturais que a realidade dos fatos em si e que isto não implica na impossibilidade do historiador utilizar estes documentos como fonte ou objeto. Para isto, precisamos compreender as condições históricas que permitiram a produção de determinados documentos, observando criticamente as práticas de ordenação, estruturação e delimitação da realidade operada nestes.

O nosso objeto, as representações norte-coreanas sobre o Japão, está disponível por meio de um suporte, que são os periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, e por mais que eles se constituam em espaços privilegiados para disseminação e fortalecimento de narrativas oficiais que interessam ao governo Kim Jong Un, esses periódicos podem exercer o papel de fontes históricas, desde que sejam devidamente vinculados ao contexto sócio-histórico de produção. Deste modo, precisamos compreender os aspectos político-econômicos que perpassam a produção das representações norte-coreanas sobre o Japão para refletirmos o caminho destas até as páginas dos periódicos analisados.

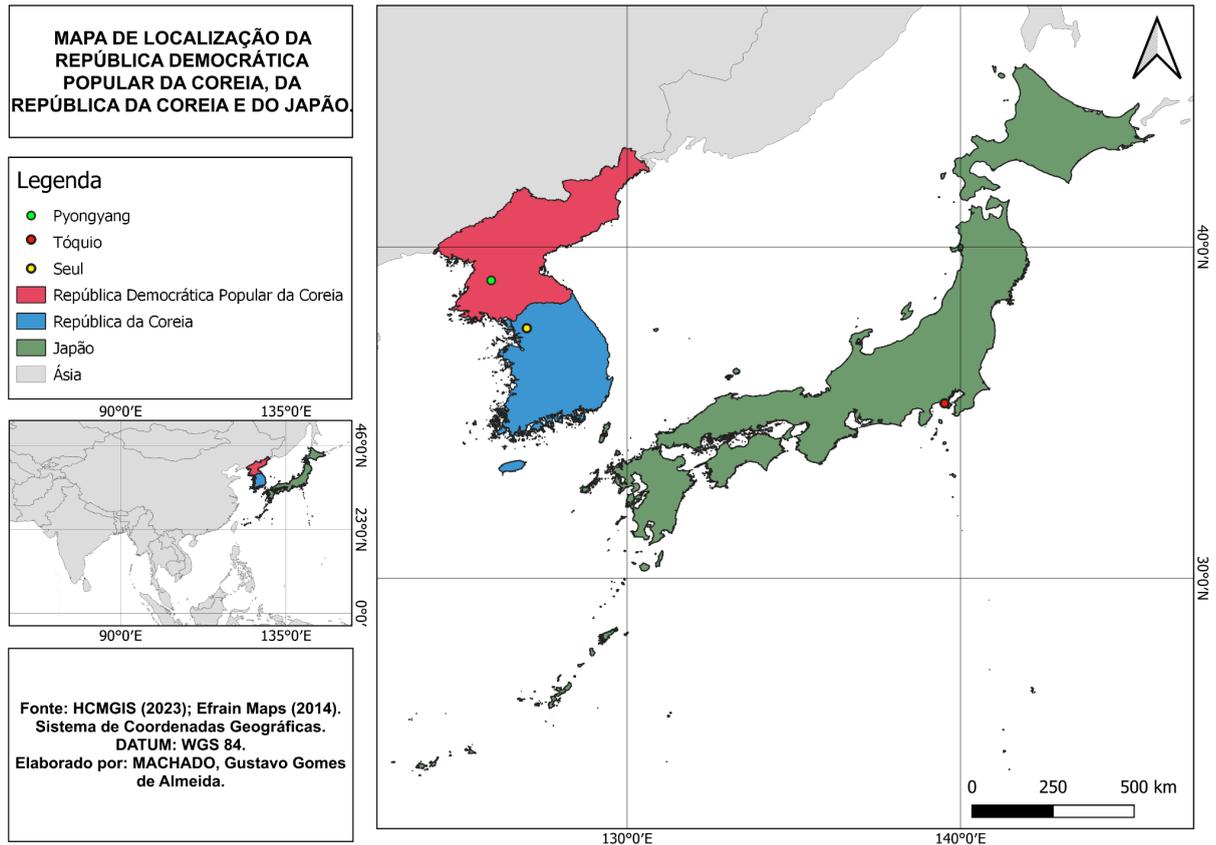
As relações entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e o Japão estiveram mais instáveis que de costume durante a década passada devido à ascensão do político nacionalista e conservador Abe Shinzō (1954-2022) ao cargo de primeiro-ministro no país insular e à continuidade do legado nuclear de Kim Jong Il (1941-2011) por seu sucessor e filho, Kim Jong Un, na RPDC. A obstinação do primeiro-ministro japonês em tornar as Forças de Autodefesa do Japão (FAJ) uma potência militar capaz de realizar ataques preventivos em seus inimigos e os planos do líder supremo norte-coreano de tornar seu país uma potência nuclear irreversível levaram a região do nordeste asiático (Figura 1) a um elevado clima de tensão com consequências políticas e econômicas para ambos.

Japoneses e norte-coreanos se tornaram antagonistas, sobretudo, por suas garantias de segurança se darem uma em prejuízo da outra. Por exemplo, apesar do programa de desenvolvimento de mísseis balísticos da RPDC alegadamente servir para se defender dos Estados Unidos da América, que possui diversas bases no Japão e na fronteira com a Coreia do Sul, os japoneses estão no perímetro imediato de alcance das armas norte-coreanas, o que torna o problema do interesse nipônico. Como observa Tosaki (2017), mesmo que um conflito direto entre RPDC e Japão² seja praticamente impossível, qualquer confronto envolvendo

² Quando o território japonês se encontrava sob ocupação norte-americana, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a nova constituição do Japão proibiu a existência e manutenção de qualquer Forças Armadas com potencial ofensivo pelo país. Neste contexto, em 1951, o então primeiro-ministro Shigeru Yoshida estabeleceu diretrizes para guiar a política externa com foco no desenvolvimento econômico, estreitamento de laços com os EUA e baixa participação em questões político-estratégicas mundiais. Esse modelo de atuação garantiu aos japoneses aportes financeiros e segurança estratégica dos norte-americanos, que, em contrapartida, usaram o país

norte-americanos e norte-coreanos teriam a presença dos japoneses, visto que a recusa nipônica em ajudar um aliado poderia resultar no seu abandono em possíveis conflitos futuros não só contra o governo de Pyongyang, mas também contra chineses e russos. Neste contexto, embora oficialmente o foco da RPDC seja outro, o governo de Abe Shinzō declarou abertamente em diversas ocasiões que o fortalecimento de suas forças armadas visava reagir à crescente ameaça nuclear norte-coreana.

Figura 1 - Mapa de localização da República Popular Democrática da Coreia, da República da Coreia e do Japão.



Fonte: MACHADO, Gustavo Gomes de Almeida. 2024.

Por esta razão, durante seu mandato, o governo norte-coreano manteve olhos e ouvidos bem atentos para as ações de seu vizinho insular e demonstraram descontentamento contínuo com a linha adotada pelo primeiro-ministro Abe Shinzō que buscou incessantemente a revisão da ordem pós-Segunda Guerra Mundial, com aumento dos gastos militares para elevar as capacidades ofensivas das Forças de Autodefesa do Japão e posturas agressivas quanto a temas sensíveis do passado imperialista japonês. Essa atenção pôde ser observada nos periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times* que, respectivamente, publicaram 65 e 47 matérias sobre o Japão, entre 2013 e 2019. As matérias publicadas eram escritas por jornalistas³, como Choe Kwang Guk, e acadêmicos, como Rim Hye Gyong, e

insular como uma base para lidar com as questões político-militares da Guerra Fria na Ásia, o que aconteceu claramente na Guerra da Coreia (1950-53) e do Vietnã (1959-1975). Deste modo, a aliança entre Japão-EUA surgiu a partir da configuração do mundo pós-Segunda Guerra Mundial e se manteve por conta do alinhamento político-econômico e militar, considerado pelos políticos japoneses, mutuamente vantajoso. (SILVA, 2018. QUADROS; ARNHOLDT, 2020.)

³ Os periódicos trazem poucas informações sobre seus autores, os nomes e eventuais filiações acadêmicas estarão expressas no texto deste trabalho.

abordaram temas como a militarização do Japão, a colonização japonesa na Coreia e disputas territoriais regionais para criar uma narrativa que legitimasse a percepção do mundo norte-coreano e fosse transmitida ao resto do mundo, em detrimento do discurso oficial dos japoneses e de seus aliados.

Neste sentido, as representações decorrentes destas narrativas, por mais que aspirem à universalidade e sejam pensadas para obter a aceitação de todos, são reflexos dos interesses do grupo que as produziram, neste caso, o governo norte-coreano, e por serem particulares, elas concorrem com outras narrativas que também tentam invalidar seus opositores e legitimar discursos e ações de seus próprios grupos. (CHARTIER, 2002) Deste modo, o objetivo deste artigo é analisar as representações do Japão nos periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, a partir do conteúdo e da forma como elas são apresentadas, compreendendo os interesses político-econômicos que permitiram a veiculação destas matérias durante os anos de 2013 e 2019.

Para alcançar este objetivo com clareza dividiremos este trabalho em quatro seções, a saber: A mídia na RPDC: estratégias e práticas; A militarização do Japão: defesa ou autodestruição?; Passado, presente e futuro: questões não superadas; Tok, Takeshima: as Coreias podem ter um interesse comum. A primeira trata da concorrência enfrentada pela RPDC, mesmo dentro de seu próprio território, em relação à transmissão de informações por meio das mídias e como isto influencia a estrutura em que os meios de comunicação oficiais são produzidos. A segunda seção trata da maneira como os processos de remilitarização do Japão, especificamente durante o governo Abe Shinzō, foram abordados nos periódicos. A terceira seção aborda as questões históricas relativas à colonização da Coreia pelo Japão, que permanecem sem resoluções oficiais. A última seção busca mostrar como a disputa das Ilhas Tok, chamadas de Takeshima pelos japoneses, se torna um ponto fundamental para articular as discussões sobre as representações feitas sobre o Japão nos periódicos norte-coreanos.

Para além dos próprios periódicos, as discussões realizadas nessas seções estarão norteadas pelas noções de representação fornecidas por Roger Chartier, em seu livro *A História Cultural entre práticas e representações*, e em estudos de diversas áreas que abordaram a história das relações entre Coreia do Norte e Japão e o consumo e produção de mídias na RPDC. Daremos nosso primeiro passo, compreendendo o contexto de concorrências vivido pelo governo norte-coreano.

2 A MÍDIA NA RPDC

Nas últimas três décadas, a República Popular Democrática da Coreia enfrentou uma luta de representações contra os países ocidentais, o que causou uma verdadeira reorganização no panorama midiático norte-coreano. Diferentemente de países como o Brasil, a RPDC, no artigo 21 da sua Constituição⁴, assegura o monopólio estatal dos meios de comunicação, isto é, pelo documento, quem tem prioridade sobre esses meios é o Estado. No entanto, recentemente, iniciativas privadas clandestinas, os jornais *Rimjin-gang* (2007) e *Imjin-gang* (2009), cujas ações serão detalhadas posteriormente, desafiaram internamente com a distribuição de jornais este monopólio, que já vinha sendo desafiado de outras formas por sul-coreanos, norte-americanos e japoneses, que criaram diversas estações de rádio voltadas para o público norte-coreano, como a “Ecos de Esperança” e a “Voz do Povo”, que realizam

⁴ Artigo 21 da Constituição da RPDC: “A propriedade do Estado é propriedade de todo o povo. Não há limite para propriedade que o Estado possa possuir. Todos os recursos naturais do país, as ferrovias, o transporte aéreo, as instituições de comunicação, as fábricas, empresas, portos e grandes são de propriedade exclusiva do Estado. O Estado protege e incrementa preferencialmente sua propriedade que desempenha um papel de liderança no desenvolvimento econômico do país.” (grifo nosso) Disponível em: <<https://cepsongunbr.com/2020/07/29/leia-a-constituicao-da-coreia-do-norte-em-portugues/>>. Acesso em: 20/12/2023.

transmissões potencialmente subversivas a partir da República da Coreia (RdC), desde as décadas de 70 e 80. (NGUYEN, 2015) Porém, foi a partir da década de 90, que o acesso à mídia estrangeira produzida para norte-coreanos, ou simples entretenimento ocidental, passou a fazer parte da realidade da população na RPDC.

A crise econômica⁵, nos anos 90, desestruturou o controle econômico exercido pelo Partido dos Trabalhadores da Coreia e permitiu uma certa liberalização, visto que as antigas cadeias de abastecimento controladas pelo Estado não poderiam mais suprir a população. Assim, surgiu um comércio “ilegal” operado por norte-coreanos que viajavam para China em busca de alimentos, roupas e bens de consumo, entre os itens mais procurados, estavam os aparelhos de DVD e VHS. (VISENTINI, PEREIRA, MELCHIONNA, 2015) Com certa facilidade, o acesso a estes aparelhos permitiu conseguir filmes, séries, programas de televisão, jornais e músicas estrangeiras, sobretudo, chinesas e sul-coreanas, por meio não só de contrabandistas, mas por uma rede de amigos e familiares que compartilham os conteúdos adquiridos. (KRETCHUN, KIM, 2012). Yoon (2020) chegou a afirmar que o consumo de mídia estrangeira por norte-coreanos se tornou “um segredo conhecido por todos”. Neste sentido, um depoimento interessante foi dado pelo único australiano a estudar na Universidade Kim Il-Sung, em Pyongyang, Alek Sigley, em entrevista para ABC News, em 2019, relatou que é possível comprar DVD’s de produções estrangeiras pelas ruas da capital norte-coreana por meio de vendedores ambulantes e acrescentou que alguns filmes norte-americanos e indianos fazem sucesso no país.

O pesquisador vietnamita Khac Giang Nguyen (2015) alega que a crescente penetração de informações e elementos culturais estrangeiros via rádio, televisão e DVD’s poderia ter influenciado o surgimento de um jornalismo clandestino independente na RPDC, em meados dos anos 2000. Diferentemente das instituições especializadas no público norte-coreano que atuam de fora para dentro, os colaboradores dos editoriais clandestinos estão na RPDC, de onde buscam informações e as escrevem, na tentativa de noticiar para a população fatos ignorados pela mídia estatal. Os mais famosos jornais “não-estatais” são o Rimjin-gang (2007) e o Imjin-gang (2009), ambos funcionam de maneira similar, num processo em que os jornalistas enviam seus materiais escritos e gravados para serem tratados fora do país. O primeiro é editado e impresso no Japão e o segundo na China, antes de ser enviado de volta para a RPDC. Além disso, o Rimjin-gang é um projeto comercial, enquanto o Imjin-gang é um panfletário militante que visa atingir, sobretudo, intelectuais e servidores públicos norte-coreanos. Apesar de ambos os projetos possuírem números quantitativamente baixos, distribuindo menos de quinhentas cópias a cada viagem para RPDC, Nguyen (2015) acredita que caso a elite do país se sensibilize, as consequências para o governo seriam imprevisíveis.

A despeito dos reveses governamentais em conter a influência estrangeira de adentrar ao país, inclusive, com táticas para dismantlar os sinais de transmissões estrangeiras, inovações mais recentes como os smartphones e a internet permanecem “estritamente” controladas⁶. A pesquisadora sul-coreana Sunny Yoon (2020) conduziu uma pesquisa acerca

⁵ O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, alterou o panorama de seus aliados, como a RPDC, que dependia dos acordos comerciais, nos quais recebia petróleo em troca de bens de consumo, para manter o abastecimento de energia para indústrias e residências no país. Além de perder o maior parceiro comercial, a RPDC enfrentou a morte do presidente Kim Il-Sung, em 1994, duas inundações, em 1995 e 1996, e uma seca, em 1997. Todos estes fatores levaram a uma crise humanitária sem precedentes, conhecida pelos norte-coreanos como “Árdua Marcha”, que vitimou cerca de 450 mil pessoas. (VISENTINI, PEREIRA, MELCHIONNA, 2015)

⁶ O uso da internet por pessoas limita-se aos fins diplomáticos, porém utiliza-se uma intranet (rede local) para fins pessoais. (YOON, 2020)

do uso dos aparelhos telefônicos⁷ na RPDC com desertores norte-coreanos e chineses, que residiram no país a trabalho. Os entrevistados evidenciam que os celulares são utilizados, sobretudo, para comercializar mercadorias e contatar familiares e amigos dentro do país, visto que a vigilância pelo serviço de inteligência pune aqueles que tentam entrar em contato com pessoas que estão fora do país sem autorização, ainda assim, existem formas de burlar o sistema. Yoon (2020) constatou nas entrevistas que esse contato pode ser realizado a partir de mediadores nas proximidades da fronteira com a China, utilizando aparelhos chineses e as torres de telefonia chinesas, sem a possibilidade de interferência do governo local e Kyung Hyo Chun (2020), da Universidade de Seoul, em seu trabalho sobre a representação e a auto-representação dos desertores norte-coreanos na Coreia do Sul, também revela que três de seus quatro interlocutores mantêm contato com seus parentes no norte por meio de celulares. Ou seja, apesar do governo controlar os aplicativos que podem ser instalados, os conteúdos que podem ser acessados por meio da intranet e as ligações que podem ser feitas, alguns norte-coreanos, especialmente aqueles que possuem familiares desertores, ainda arriscam práticas ilegais com seus celulares. (YOON, 2020)

Mitchell Lerner (2015), professor da Universidade do Estado de Ohio, acredita que o contato de norte-coreanos com dissidentes e o consumo de conteúdos estrangeiros pode causar mais que meras alterações na maneira de se produzir e se apropriar de diferentes mídias na RPDC, Lerner (2015) diz que a vontade de experimentar o estilo de vida consumido pode levar a revoluções sociais e até mesmo a troca de regime político. Para o pesquisador norte-americano, a influência cultural exercida pelos ocidentais na geração *jangmadang*⁸ irá aos poucos inocular valores capitalistas no seio da sociedade, o que levaria a população do país a pressionar o governo por reformas no estilo chinês ou mesmo pelo fim do socialismo. Kretchun e Kim (2012), em pesquisa feita com desertores, constataram que o consumo de elementos culturais estrangeiros por norte-coreanos os ajudaram a construir opiniões positivas sobre os EUA, Rdc e Japão. O que, segundo Lerner (2015), aliado a experiências de mercado na RPDC, como a criação da Zona Especial de Kaesong⁹, possibilitaria aos norte-coreanos pensar uma forma de viver alternativa aquela difundida pelo Estado, principalmente no que se refere ao consumo, e seria tão importante quanto o contato dos locais com os parentes em países capitalistas para perceber as “benesses do mercado” e difundi-las organicamente na sociedade.

Diante do exposto, identificamos frestas no poder do que, para os ocidentais, constituía-se o bloco monolítico das mídias estatais norte-coreanas que “doutrinava” seu povo, como se escreve numa folha em branco. Também, percebemos que a batalha de representações travada entre a Coreia Popular e seus rivais é externa e interna e que eles visam alterar a realidade norte-coreana por meio da disseminação de crenças e noções incutidas em notícias, filmes, séries e músicas, ou seja, pelo *soft power*¹⁰. Assim, o consumo de mídias estrangeiras por norte-coreanos, a procura por estações de rádios e canais de TV não autorizados pelo governo de Pyongyang são mais do que atos de rebeldia ou curiosidade

⁷ O serviço de telefonia norte-coreano é operado pela empresa egípcia Orascom e só podem ser adquiridos celulares produzidos e cadastrados na RPDC. (YOON, 2020) Nessas condições, segundo Williams e Slavney (2022), existem cerca de 6,5 milhões de linhas telefônicas cadastradas e a cobertura atinge a maioria das cidades e as estradas que as conectam.

⁸ *Jangmadang* significa “geração de mercado” e se refere às pessoas que nasceram após a “Árdua Marcha”, em meados dos anos 90, quando o sistema completo de distribuição socialista deixou de existir e instaurou-se as primeiras medidas liberalizantes na RPDC.

⁹ Uma território com práticas de mercado capitalistas, onde localizavam-se diversas indústrias sul-coreanas. Encontra-se fechado desde 2016, por represália do governo sul-coreano ao quarto teste nuclear norte-coreano.

¹⁰ Segundo o Glossário da Revista Relações Exteriores (2024), *Soft Power* é a capacidade de um país de influenciar as decisões e comportamentos de outros atores internacionais não por coerção ou pagamento, mas através de atração e persuasão, utilizando recursos culturais, valores ideológicos, políticas externas e a projeção de uma imagem positiva.

pontuais, constituem parte integrante de um plano traçado pelos inimigos políticos da RPDC para atrair o máximo de simpatizantes possíveis internos e externos para justificar suas ações contra o governo local. Por isso, o governo norte-coreano buscou responder às “agressões ideológicas” aliando o aparato existente às inovações tecnológicas, como os smartphones e a internet.

As quatro principais mídias estatais da RPDC são a Agência de Notícias Central da Coreia (KCNA), o jornal do Partido dos Trabalhadores, Rodong Sinmun, a TV Central Coreana e a Estação de Rádio Central Coreana. Porém, ainda existem os jornais: Josa Inmingun (Diário do Exército Popular da Coreia), Minjun Choson (Coreia Democrática), Rondongja Sinmun (Jornal dos Trabalhadores) e mais alguns jornais provinciais, como o Pyongyang Sinmun e o Gaesong Sinmun; canais de TV e estações de rádio controlados pelo Estado. Esses instrumentos passaram a ser projetados para além dos limites da RPDC¹¹, a partir de 2010, quando seus primeiros websites foram ao ar e desde então os norte-coreanos passaram a se utilizar do *soft power* para reconfigurar a imagem do país perante outros povos. (NGUYEN, 2015) Além de pôr suas mídias tradicionais na internet, recentemente, o governo Kim Jong Un investiu na apresentação de influenciadores norte-coreanos na plataforma Youtube¹², porém, o conteúdo rapidamente foi bloqueado em alguns países e em seguida removido definitivamente para todos, impedindo maiores progressos nesse segmento. No entanto, podemos encontrar, ainda em funcionamento, alguns sites de organizações pró-Pyongyang e páginas de apoiadores não-oficiais do governo, como a *Korean Friendship Association*, que juntos promovem a tradução e a divulgação de importantes fontes para compreensão do pensamento norte-coreano, desde filmes a discursos de seus líderes e resoluções do partido.

Apesar do controle exercido pelos ocidentais sobre as plataformas digitais, como as redes sociais e os aplicativos de streaming, que tornam mais frequente o acesso a conteúdos anti-RPDC em detrimento das mídias estatais norte-coreanas, os países ocidentais possuem severas limitações em impedir que materiais norte-coreanos sejam divulgados, de modo semelhante a como Pyongyang não consegue controlar o fluxo de informações estrangeiras em seu território. Porém, esse tipo de material não chegará até você por meio dos algoritmos, é preciso buscá-lo por meio de sites, como o KCNA Watch¹³, no qual qualquer pessoa pode acessar os principais periódicos norte-coreanos e refletir a partir da perspectiva não-hegemônica. Por estes meios, eles reagem às narrativas criadas sobre si por países hostis e lançam sua própria percepção de mundo, evidenciando o que supostamente representa seus interesses e as questões prioritárias de seu governo e seu povo.

2.1 Pyongyang Times e Korea Today

O *Pyongyang Times* e o *Korea Today*, periódicos escolhidos para este trabalho por serem mídias estatais norte-coreanas voltadas para estrangeiros, são ligados a Casa de Publicações em Língua Estrangeira da RPDC, no entanto, possuem estilos bem diferentes. Enquanto a diagramação das páginas do *Pyongyang Times* (Figura 3) é mais parecida com um jornal, as edições do *Korea Today* (Figura 2) se assemelham a uma revista, ambos são

¹¹ Vale ressaltar, que a RPDC já possuía jornais e revistas impressos em outros idiomas para serem lidos por estrangeiros, no entanto, a internet tornou o suporte físico em hipertexto, facilitando um maior número de acessos e leituras nesses jornais

¹² O governo da Coreia do Sul foi o primeiro a se manifestar contra a classificar “influencers norte-coreanos” como propaganda e proibir os vídeos em seu território, como noticiou a CNN. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-norte-usa-youtubers-para-passar-ao-mundo-a-imagem-de-pais-normal/>> Acesso em: 09/12/2023.

¹³ Site que armazena os principais periódicos norte-coreanos, mantendo-os atualizados, agrupando-os numa única interface.

publicados em inglês e possuem versões em outras línguas, a saber mandarim, russo e francês. Apesar da diferença do estilo das publicações, elas abordam temas semelhantes como política, história, ciência, educação, esportes, relações internacionais, cultura, meio ambiente, tecnologia, entre outros. Assim como no caso de outros periódicos importantes da RPDC, não existem informações precisas sobre estes periódicos, porém sabemos que o *Pyongyang Times* foi fundado em 6 de maio de 1965 e o *Korea Today* em janeiro de 1950, porém, devido a baixa disponibilidade de acervo digital não podemos encontrar mais que algumas informações esparsas sobre suas edições anteriores e seu estilo no passado. Por estes motivos, a apresentação das fontes será breve e limitada aos acervos utilizados para construção deste trabalho.

Figura 2 - Capa da Revista Korea Today em novembro de 2015.



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

As 112 publicações dos periódicos *Pyongyang Times*¹⁴ e *Korea Today*¹⁵ sobre o Japão, durante 2013 e 2019, destacaram, sobretudo, as medidas do governo Abe Shinzō para fortalecer militarmente o Japão e o perigo que isto representava para a segurança no Nordeste Asiático. Ainda que o tema da matéria fosse centrado na história dos dois países ou nas disputas territoriais do Japão com a RdC, China e Rússia, elas eram organizadas para lembrar que o Japão, como país criminoso de guerra, não deveria ter o direito de se rearmar ou de ir a guerra, visto que, para o governo norte-coreano, suas ambições permaneciam as mesmas do século XX, justificando os interesses norte-coreanos do presente pela história. Neste sentido, precisamos compreender as relações entre o Japão e sua constituição e entre o governo japonês e o governo norte-coreano, nos últimos trinta anos, para identificar as conexões entre o contexto político vivido por ambos os países e os interesses norte-coreanos expostos nos periódicos durante o período analisado.

Figura 3 - Capa do Jornal Pyongyang Times em 29 de setembro de 2018.

¹⁴ Acervo disponível a partir de janeiro de 2018.

¹⁵ Acervo disponível a partir de janeiro de 2013.

The Pyongyang Times

Democratic People's Republic of Korea

No. 30 (323) weekly http://www.pyongyangtimes.com.kp e-mail: tpt@star-co.net Sat, September 29, Juche 107(2018)

IRON Korean giant inaugurates coke-free process to make production Juche-based

A huge project for the construction of Juche iron-making process, including an oxygen blast furnace, has successfully been completed at the Kim Chae-son and Steel Complex, a leading plant in the country's metallurgical industry.

The workers of the complex built an oxygen blast furnace and a blast-furnace gas generator, installed oxygen plants and put the operation of furnace at a normal state at the same time to increase iron and steel output.

Thus, from the Chongjin Metallurgical Complex and the Equipment Industry Complex, completed the construction of a 1.5 million capacity oxygen plant, the heart of Juche iron production, ahead of schedule by working in a daring manner and carried out operations in the region.

Spokesman Kim Chae-son of the Ministry of Metallurgical Industry, Chongjin University of Mining and Metallurgical Engineering, the State Academy of Sciences and other organizations have jointly conducted a campaign to break through the coming edge by relying on talents and provided a Juche technical guarantee for increased steel production.

An important milestone of the Juche iron production process



The Kim Chae-son and Steel Complex has completed a coke-free production process that focuses on oxygen blast furnace.

Kim Tak-ho made an important speech, followed by other officials.

The speaker said that the Juche iron-making process is the competition system of the Kim Chae-son and Steel Complex and stated all the problems arising in the project.

"Working step by step must reach the great goal and

COAL Production picks up in coal industry

Remarkable successes have been made in the coal industry sector with the drive for increased production to attain the goal.

The Ministry of Coal Industry is carrying out a drive for increased production to attain the goal.

The Juche iron-making process is the competition system of the Kim Chae-son and Steel Complex and stated all the problems arising in the project.

"Working step by step must reach the great goal and

Over 40 youth shock brigades have completed one to three year economic plans ahead of schedule.

The Kim Hyeok youth shock brigade of the Pyongyang Coal Mine under the Juche Iron Youth Construction Complex displayed the handling equipment used and introduced effective mining methods to speed up the daily plan three or four times, thereby carrying out the economic plan ahead of schedule.

Nine youth shock brigades in the province, including the Cho Kwang-Su youth shock brigade of the Hyeon Youth Coal Mine and the Kim Ja-yong youth shock brigade of the Songwon Youth Coal Mine under the Chongjin Metallurgical Complex, have fulfilled the two-year economic plan.

They surpassed the coalfields

Class production race at the Taean Friendship Class Factory.

They surpassed the coalfields

Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

3 A MILITARIZAÇÃO DO JAPÃO

Constituição do Japão: Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito à beligerância do Estado não será reconhecido. (JAPÃO, 1947)

O artigo 9 da Constituição do Japão (1947), presente em seu capítulo II, intitulado “Renúncia à Guerra”, foi imposto pela ocupação norte-americana, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Ele se tornou foco de tensão e debates públicos em diferentes momentos históricos por limitar a capacidade militar do país e torná-lo dependente das forças armadas norte-americanas, que em 1951 assinaram o primeiro tratado de segurança com o governo japonês. Segundo Boschi (2021), apenas três anos depois da implementação da “Constituição Pacifista de 1947”, em 1950, devido ao sangrento conflito que ocorria na península coreana, iniciou-se uma discussão para reinterpretar o que estava descrito no artigo 9, o então primeiro-ministro Kuniaki Koiso retomou ideias sugeridas pelo general americano Douglas MacArthur de que a constituição não retirava o direito de autodefesa do Japão, apenas impedia que o país utilizasse seu poder de fogo ofensivamente.

Assim, a escrita do texto constitucional não foi alterada, mas essa nova interpretação permitiu a criação da Polícia Nacional de Reserva, que se tornaria as Forças de Autodefesa do Japão (FAJ), em 1954. Após o armistício entre as Coreias, a URSS se tornou o centro das preocupações japonesas, que armaram suas forças de autodefesa para enfrentar uma possível invasão do Exército Vermelho, assim, a suposta ameaça comunista catalisou discussões sobre a necessidade de modernizar a capacidade militar do país. (HUGHES, 2009) Apesar do colapso da União Soviética, nos anos 90, estes movimentos de reinterpretação e tentativas de

revisão da Constituição continuaram, sendo justificados, ao longo das últimas três décadas, pela ameaça potencial de países como a RPDC e a China, que teriam formado seus nacionalismos com base no ódio ao passado colonial japonês em seus territórios e desenvolveram um poderio bélico formidável, neste período. (BOSCHI, 2021)

O governo japonês via no progresso militar alcançado por seus rivais regionais uma ameaça existencial, visto que havia limitações constitucionais para lidar com possíveis agressões externas. Em 1993, a RPDC lançou o míssil Nodong-1, capaz de atingir boa parte do território japonês, em 1998, o Taepodong-1 poderia “sobrevolar” o Japão inteiro, em 2006, o programa de mísseis balísticos intercontinentais norte-coreano apresentou um desempenho ainda mais satisfatório e um teste de arma nuclear bem-sucedido. Políticos japoneses estavam preocupados que, posteriormente, os norte-coreanos pudessem combinar as armas nucleares com a tecnologia de mísseis, o que elevou a RPDC ao posto de principal preocupação securitária japonesa do pós-Guerra Fria. Neste momento, apesar da evidente modernização de suas forças armadas, a China não era citada explicitamente como ameaça nos relatórios de defesa japoneses, porém era mencionada em alguns discursos com certa preocupação, como no do então Secretário-Geral do Gabinete do Japão, Kajiyama Seiroku, que declarou a importância da questão de Taiwan, em 1997, para os interesses do Japão na região. (HUGHES, 2009)

Segundo Hughes (2009), a estratégia japonesa de utilizar a Coreia do Norte como justificativa para modernizar suas capacidades de defesa, por muitas vezes, é para evitar se indispor diretamente com a China, que seria responsável por boa parte das preocupações japonesas na região, ainda que as relações com os norte-coreanos sigam hostis. Entre 2010 e 2020, os chineses se tornariam o segundo maior investimento militar do mundo e os norte-coreanos realizariam testes nucleares ainda mais potentes e desenvolveriam mísseis balísticos com alcance suficiente para atingir todo o território dos EUA. Estes avanços militares de nações consideradas rivais perturbaram diversos segmentos da sociedade japonesa, que começaram a duvidar se a limitação constitucional do direito à guerra não traria problemas de segurança maiores para o país no futuro. Sobre isto, o Instituto Reischauer de Estudos Japoneses da Universidade de Harvard, no seu projeto sobre os debates para revisão e reinterpretação do artigo 9 da Constituição do Japão, precisou de 174 páginas para listar todos os momentos em que o governo japonês cogitou retomar o assunto, entre 2010 e 2017, enquanto apenas 39 páginas foram necessárias para listar o mesmo conteúdo entre 1945 e 2009. (BOSCHI, 2021)

A frente dessas discussões, encontrava-se Abe Shinzō, líder do Partido Liberal Democrata, eleito três vezes primeiro-ministro, uma vez em 2006, numa breve passagem que culminou na sua renúncia em 2007, e outras duas vezes, em 2012 e 2016, mandatos que ele cumpriu integralmente, ou seja, ele esteve no poder entre 2012 e 2020. O principal foco de seus últimos dois mandatos foi buscar apoio para a revisão textual do artigo 9 da Constituição Japonesa para justificar permanentemente a modernização e a ampliação das Forças de Autodefesa do Japão, recuperando o direito de realizar ataques “preventivos” contra países inimigos. Apesar de não alcançar este objetivo, sobretudo, por não haver consenso entre a opinião pública ou congresso, o primeiro-ministro japonês foi responsável por importantes acordos de segurança com os Estados Unidos que interferiram diretamente na natureza operacional das forças armadas japonesas e utilizou da retórica de “direito nacional à autodefesa” ao máximo para aumentar os gastos militares japoneses, que bateu recorde ano após ano durante seus dois últimos mandatos.

O suposto inimigo que precisava de esforços urgentes para ser contido, nominalmente expresso inúmeras vezes pelo governo japonês, era a RPDC e os ataques preventivos vislumbrados se referiam às bases norte-coreanas para lançamento de mísseis balísticos intercontinentais. Além do mais, Abe Shinzo já era conhecido por sua militância anti-RPDC

no final dos anos 90 e início dos anos 2000, chegando a ser caracterizado por Mark E. Manyin (2003) como um “proeminente defensor do uso de táticas de pressão contra a Coreia do Norte”, bem antes de seu primeiro mandato como chefe do executivo. O que lhe rendeu tal descrição foi sua atuação no encontro de Pyongyang, em 2002, um dos raros momentos em que as relações entre norte-coreanos e japoneses parecia caminhar para normalização. Representantes de ambos os países se reuniram para discutir questões pendentes como compensações pelos crimes japoneses na Coreia e a resolução da questão dos sequestros de treze cidadãos japoneses por agente norte-coreanos durante as décadas de 70 e 80, no entanto, apesar dos pedidos de desculpas expressos pelo líder norte-coreano Kim Jong-Il pelos raptos de civis e pelo primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi pelas dores infligidas durante a colonização da península coreana, ninguém ficou satisfeito. O governo da RPDC para distensionar a situação, repatriou cinco vítimas sobreviventes e seus descendentes, porém os norte-coreanos passaram a ser acusados de outras dezenas de sequestros e de mentirem sobre o paradeiro dos que afirmaram estarem mortos, isto aconteceu em parte pela pressão que Abe Shinzō exerceu para resolução “completa” da questão com apoio da opinião pública, comovida com a cobertura feita pelos canais de televisão sobre o caso. (BLOMQUIST e WERTZ, 2015; JIA, 2023)

As falas de Kim Jong-Il repercutiram entre os japoneses, suas desculpas e garantias que os responsáveis foram punidos, no entanto, não surtiram efeito nas relações entre os governos e a compensação esperada pelos quarenta anos de colonização japonesa na Coreia foram condicionados a resolução completa desta questão e de garantias em relação ao programa nuclear norte-coreano, visto que os japoneses temiam que a compensação financeira pudesse ser utilizada para fins militares. Entretanto, discordâncias entre as partes impossibilitaram a realização de um acordo e o Japão passou a adotar sanções diretas contra a RPDC, em conjunto com os EUA, com o intuito de pressioná-la a abandonar seus programas de desenvolvimento de armamentos de destruição em massa e mísseis balísticos intercontinentais. Esta atitude congelou as conversações durante todo o governo de Kim Jong-Il e representantes dos dois países só voltaram a se reunir oficialmente para tratar da normalização das relações bilaterais em 2014, na Suécia. As conversas na Cimeira de Estocolmo resultaram na retomada da investigação sobre as vítimas japonesas dos sequestros por agentes norte-coreanos, em contrapartida, o primeiro-ministro japonês, Abe Shinzō, retirou algumas sanções contra a RPDC. Contudo, posteriormente, os japoneses condenaram a RPDC na ONU por supostas violações dos direitos humanos, além de ameaçar impor novamente as sanções retiradas e acrescentar novas, o que somado a insistência de Kim Jong Un para que o governo japonês pagasse as devidas compensações pelo passado colonial levou os países a romperem qualquer tipo de relação, em 2015. (MANYIN, 2003; BLOMQUIST e WERTZ, 2015)

Abe Shinzō militava para resolução completa dos casos de sequestros de civis japoneses por agentes norte-coreanos desde os anos 90, ao fracassar em obter maiores progressos nesses campos, adotou uma postura ainda mais agressiva contra o país peninsular. Para ele, a facilidade com que os serviços de inteligência norte-coreanos operaram no território japonês era uma prova de que o país precisava reformular sua política de segurança nacional e os inúmeros relatos de violação das fronteiras japonesas pelas forças armadas norte-coreanas, os lançamentos de mísseis e o programa nuclear bem-sucedido não deixava dúvidas de que o foco desta reformulação deveria ser a contenção da RPDC. A tendência japonesa de se rearmar, no pós-Guerra Fria, se acentuou nos mandatos de Abe Shinzō numa escala nunca antes vista e a aliança com atores hostis a RPDC, como a Coreia do Sul e os EUA, foram priorizadas, numa espécie de força conjunta para lidar com a questão da península coreana.

Por conseguinte, as relações entre o governo norte-coreano e sua contraparte japonesa foram demasiadamente tensas nos últimos trinta anos com pontuais tentativas de reaproximação, que fracassaram por conflito de interesses. A consequência dos desentendimentos foi o recrudescimento do diálogo bilateral e o desenvolvimento de políticas de segurança mutuamente preocupantes, afinal, os japoneses não desejavam uma RPDC com poder nuclear e os norte-coreanos detestariam ver as Forças de Autodefesa do Japão modernizadas e com liberdade territorial de ação, no entanto, tudo isto aconteceu. Como as mídias norte-coreanas retrataram o Japão durante estes processos?

3.1 As representações sobre a Militarização do Japão

A percepção de que os japoneses se armavam para pressionar e atacar os norte-coreanos geraram fortes reações no governo de Kim Jong-Un, cuja recepção à militarização do Japão pôde ser observada nas mídias oficiais, como nos periódicos estatais norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, que durante 2013 e 2019, publicaram 26 e 10 matérias sobre o assunto, respectivamente. Para compreender as representações construídas nestes periódicos, iremos identificar a forma e o conteúdo que eles utilizaram para se dirigir a esse fenômeno a partir de instrumentos fornecidos pela História Cultural francesa.

Segundo o historiador francês Roger Chartier (2002), a noção de representação pode ser pensada a partir das acepções do termo utilizadas durante o Antigo Regime, contanto, para maior clareza do que é proposto neste texto iremos defini-la como “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real.” (CHARTIER, 2002, p. 17) Vale ressaltar, que ao adentrar no campo das representações não estamos nos distanciando do real, primeiramente, pois este campo reflete os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo e seus valores, ou seja, estamos lidando com algo que se materializa. Por último, o conceito de representação, na definição proposta, não remete necessariamente a algo falso, mas a uma forma de organizar narrativas que levem ao entendimento desejado pelo grupo que as sequenciaram. (CHARTIER, 2002) Neste sentido, compreendemos que os conteúdos do *Pyongyang Times* e do *Korea Today* visam por meio da prática discursiva organizar a compreensão do fenômeno de “militarização do Japão” a partir de classificações, divisões e delimitações, ou seja, da construção de uma representação, fora da qual o tema não seja reconhecível.

Em ambos os noticiários, os textos que abordaram a militarização do Japão eram diagramados em duas ou três colunas, com raríssimas aparições de imagens na seção, diferenciando-se pelo fato de que a revista *Korea Today* possuía textos mais longos que ocupavam entre uma e duas páginas, enquanto o semanário *Pyongyang Times* possuía textos mais curtos que ocupavam apenas parte de uma página. Deste modo, os conteúdos eram apresentados com bastante ênfase no discurso e deste emergem as principais representações do Japão. Precisamos, então, identificar os principais elementos associados ao fenômeno de militarização do Japão para compreendermos quais os objetivos dos norte-coreanos em produzir essas classificações e delimitações no período analisado.

As primeiras publicações do *Korea Today* buscaram evidenciar os sinais de que os japoneses e seus aliados eram os verdadeiros responsáveis por elevar o risco de guerra no nordeste asiático. Em abril de 2013, a publicação não-assinada “O perigo do tratado de segurança EUA-Japão” alegou que as prerrogativas de segurança norte-americanas e japonesas para a Ásia não passavam de um método para prover-se dos “meios de invasão e guerra contra outros países”. Ela sustentou que a participação das forças armadas japonesas nos exercícios militares norte-americanos, o fato da estratégia militar do Japão ter passado de “defesa total” para “realização de ataques preventivos” contra ameaças iminentes e o anúncio

do plano para modernização das Forças de Autodefesa do Japão, que incluía o desenvolvimento de capacidade para enfrentar guerras prolongadas e combates de longa distância, eram provas de que os japoneses se preparavam para reinvasiar os seus vizinhos asiáticos, vítimas do Império do Japão no século anterior. A matéria finaliza advertindo sobre o cenário que se desenrolava no nordeste asiático, como vemos:

Agora o Japão está emergindo como a força agressiva mais perigosa na Ásia. Isso dá origem à instável situação na região da Ásia-Pacífico. O Japão não deveria se comportar desta forma se realmente procura segurança. Mas o Japão caminha para uma reinvasão e não para a segurança. É assim que o Japão está aderindo ao tratado de segurança EUA-Japão. Portanto, o tratado de segurança EUA-Japão é o principal fator que fomenta o perigo de guerra e ameaça a paz e a segurança na região da Ásia-Pacífico. O seu principal alvo é a Península Coreana. A tensão sustentada na península coreana e a situação feia na região da Ásia-Pacífico são inteiramente por conta dos EUA e do Japão seguirem o caminho de fortalecer sua conspiração político-militar. A paz e a segurança nesta região exigem a retirada das forças agressivas dos EUA e o desmantelamento de suas bases militares. Também o agressivo tratado de segurança EUA-Japão deveria ser descartado. Isto é o que os povos da Ásia e de outras partes do mundo estão exigindo. (HAZARD..., 2013, p. 47)

Porém, não só a aliança entre norte-americanos e japoneses suscitava desavenças na região, em novembro de 2013, na revista *Korea Today*, Choe Kwang Guk afirmou que “toda sociedade (japonesa) atualmente está sob um regime ultranacionalista e as forças de extrema-direita que vieram à tona estão agora vigorosamente ativas”, buscando embasar sua colocação em eventos recentes. Ele usou o exemplo das visitas do primeiro-ministro japonês e seus aliados ao templo Yasukuni, que repercutiu internacionalmente, por ser o local onde estão enterrados veteranos da Segunda Guerra Mundial, parte deles considerados criminosos de guerra classe “A” pelo Tribunal do Extremo Oriente, o que torna o local uma espécie de símbolo da agressividade do Império do Japão no passado contra seus vizinhos. Segundo o autor, enquanto os japoneses tratavam os tributos e as visitas ao templo como uma questão de liberdade de expressão, diversos países asiáticos¹⁶ enxergavam como uma negação do passado criminoso e uma tentativa de repeti-lo. O pretexto para repetir os crimes do passado seria por meio da criação de uma “falsa ameaça vinda da RPDC”, sobre isto, Choe afirma:

Mantido no fundo de seus corações está o desejo de fazer a base legal para militarização e expansão além-mar perfeitamente, sem falhar, pela mudança para uma constituição de guerra a ‘Constituição Pacifista’, que foi adotada após a Segunda Guerra Mundial e está em vigor até os dias atuais. Condizente com a atmosfera de direita radical, o Partido Liberal Democrata elaborou uma “abertura¹⁷ relacionada à defesa” para o mapeamento de uma “nova diretriz para o programa de defesa”. O ponto chave nesta abertura é o exercício do direito à legítima defesa coletiva baseado numa “alteração constitucional”, a fundação das forças armadas nacionais e a aquisição de capacidade ofensiva contra bases de lançamento de mísseis. Também mencionado expressamente nele é pesquisa em estratégia relativa à dissuasão nuclear. O Japão vai agir sob a alegação de ameaça de uma determinada

¹⁶ Segundo matéria não-assinada da BBC, a RdC classificou a visita como “deplorável” e a China a chamou de “completamente inaceitável” e convocou o embaixador japonês em Pequim para discutir a questão. Assim como a RPDC, estes países enxergam o templo como um símbolo do militarismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Após, este “pequeno” incidente diplomático, o Abe Shinzō se limitou a enviar tributos ao templo durante o restante de seu mandato.

¹⁷ Do inglês “Overture”: O início de uma discussão para negociar algo.

nação. O ponto em questão agora é que o Japão está enganando a opinião pública em casa e no exterior neste momento, dizendo como se não tivesse escolha para sua “defesa”, a não ser exercer o direito à legítima defesa coletiva, fundar forças armadas nacionais e atacar bases inimigas, por conta da RPDC. (Choe Kwang Guk, 2013, p. 48)

Os supostos sinais do desejo de militarização japonês nas ações governamentais e nas atitudes de seus representantes continuaram a serem evidenciados. Em dezembro de 2013, a publicação não-assinada “Para onde vai o Japão”, da revista *Korea Today*, destacou alguns fatos:

No seu discurso de Ano Novo deste ano, o presente governante (Abe Shinzō) declarou que recuperaria um ‘Japão forte’ e em 7 de janeiro, quando iniciou seu mandato anual, ele, numa reunião do LDP, cantou Kimigayo, um símbolo de passado do imperialismo japonês, como anúncio do início do seu trabalho anual, e destacou que ‘este é o primeiro passo para a restauração do Japão’. Em março passado, em reunião da Câmara dos Representantes comitê orçamentário do Japão dieta, ele fez uma declaração absurda distorcendo a decisão do Tribunal Militar Internacional do Extremo Oriente, e numa reunião oficial negou novamente o envolvimento direto do antigo exército japonês nos crimes de escravidão sexual. Graças ao governante que recusa reconhecer a história de agressão do seu país, a chamada ‘cerimônia de restauração do patrimônio nacional soberania’ que tinha sido uma atividade civil conduzida por um grupo direitista durante 17 anos, ocorreu a nível governamental este ano pela primeira vez. Sobre 5 de agosto deste ano, uma multidão de mais de 100 políticos ultradireitistas se aglomeraram no Santuário Yasukuni e fizeram um show para honrar as almas dos mortos mantidos lá. O chefe do executivo advertiu para os Ministros do Gabinete e deputados que visitarão o santuário, símbolo do militarismo, é o “direito dos membros de uma Estado soberano”, e fez uma observação vergonhosa de que a paz e a estabilidade atuais seriam inconcebíveis sem o “sacrifício” dos criminosos de guerra. (WHERE..., 2013, p. 42)

Junto aos elementos ideológicos que conectavam o governo Abe Shinzō ao passado imperialista japonês, a publicação destacou ações demonstravam o fortalecimento das capacidade ofensivas das forças de autodefesa japonesas, o aumento dos gastos militares, as melhorias na frota de submarinos e navios da marinha japonesa e a aquisição de radares de alta capacidade, que integrariam o projeto de desenvolvimento de mísseis de cruzeiro, acrescentando que “todos esses fatos mostram que o líder japonês tem perseguido uma política de reviver o passado militarista”.

Inicialmente, o periódico norte-coreano estabeleceu uma conexão entre os símbolos reivindicados pelo governo Abe Shinzō e o passado colonial japonês e interpretou os avanços militares como uma tentativa de reviver esse passado, visto que o fortalecimento das Forças de Autodefesa do Japão aconteceu acompanhado de uma atmosfera ultranacionalista e revisionista em relação aos crimes cometidos no século XX pelo “império do sol nascente”. A narrativa norte-coreana nos mostra que esses avanços ocorreram progressivamente, ao longo da história, principalmente através dos tratados de segurança com os Estados Unidos e das reinterpretações da política de defesa nacional, porém enfrentaram as travas de não estarem completamente respaldados na constituição, cuja literalidade do texto proíbe a manutenção de forças armadas ou qualquer outra com potencial de guerra. Assim, a base para construção da representação da militarização do Japão, seja por meio da aliança com os EUA ou da revisão

da constituição ou da apropriação de símbolos do passado imperialista, foi que esse fenômeno representava uma ameaça concreta à paz regional.

Todas essas discussões são retomadas e ampliadas nas publicações seguintes, o que demonstra a regularidade das más relações entre a RPDC e o Japão. Em fevereiro de 2014, na revista *Korea Today*, na publicação “A perigosa aliança EUA-Japão”, a aliança volta a ser alvo de críticas por alegar a existência de “ameaças ao redor do Japão” que para Choe Kwang Guk simplesmente não existem e estão sendo fabricadas para atender aos interesses imperialistas de Tokyo e Washington. Assim, ele prossegue:

Enquanto os EUA estão assolados pela crise econômica mundial, quer usar o Japão para manter a sua supremacia militar, e, a este respeito, ele ativamente apoia a tentativa do Japão de alterar sua Constituição para que recupere o direito à defesa coletiva, apesar da apreensão difundida no mundo (pela militarização do Japão). (Choe Kwang Guk, 2014, p. 46)

Em seguida, em abril de 2014, Choe Chol Nam continuou argumentando que a aliança EUA-Japão visava, naquele momento, preencher vácuos de poder deixados pela repentina diminuição das atividades norte-americanas na região, a partir da fala de um funcionário do governo japonês, como vemos a seguir:

Quando questionado se é necessário exercer o direito de defesa coletiva para construir a aliança Japão-EUA, conselheiro de política diplomática de Abe Shinzō respondeu que os EUA continuam dando importância à Ásia embora estivesse a cortar despesas com a defesa, que a ajuda do aliado é necessário na Ásia em qualquer caso, que é uma maneira do Japão agradecer, e que ele acredita que os EUA dariam total apoio para a execução do direito à defesa coletiva do Japão, aumento de gastos com defesa e alteração das diretrizes de cooperação e defesa Japão-EUA. Com isso, ele quis dizer que o Japão iria obter a permissão para o seu direito de defesa coletiva em troca de compensar a diminuição das despesas militares norte-americanas, aumentando os seus próprios gastos com armas. (Choe Chol Nam, 2014, p. 48)

A maneira como a aliança EUA-Japão estava se arranjando, significava aumento de responsabilidade e poder para as Forças de Autodefesa do Japão, o que, para o governo norte-coreano, colocava em questão a real intenção dos japoneses em assumir esse papel, esta seria fortemente explorada pelos periódicos. Em maio de 2014, Choe Kwang Guk lembrou o aumento dos gastos militares japoneses pela primeira vez em 12 anos, por conta da adoção das novas diretrizes do programa de defesa, do plano de construção de defesa de médio prazo e da primeira estratégia de segurança nacional, ainda no ano anterior, que foram chamados pelo governo Abe de “Três Arcos para segurança”, que visavam aprimorar as capacidades defensivas e contra-ofensivas do país, tendo como um dos principais objetivos a construção de unidades móveis anfíbias especializadas em “recuperar ilhas”. O aprimoramento da capacidade bélica japonesa somada ao estreitamento da aliança militar com os norte-americanos, para Choe, constituía mais uma prova de que o governo japonês se preparava para uma guerra de agressão contra outros países asiáticos.

Deste modo, os periódicos norte-coreanos passaram a condenar cada passo do governo japonês em direção a modernização de suas forças armadas, principalmente, por não se basearem em “ameaças reais” e sim nos interesses norte-americanos para a região. Em novembro de 2015, na revista *Korea Today*, Kim Yong Un argumentou que:

Os EUA estão inflamando a ambição do Japão numa tentativa acelerar a construção do seu sistema MD, alistar o Japão na realização da sua estratégia para a Ásia em nome do compartilhamento de informações sobre “as ameaças nucleares e de

mísseis da Coreia do Norte” O Departamento dos EUA da Defesa anunciou abertamente que “é imperativo que os interesses nacionais dos EUA ajudar o Japão a preparar-se para a sua própria defesa, aumentando suas capacidades de inteligência e monitoramento.” Como resultado, o Japão está totalmente fora de si na tentativa de se rearmar e exercer o “direito à legítima defesa coletiva”. Literalmente, entrou agora numa zona perigosa. O Japão está tentando derrubar a constituição pacifista e preparando as Forças de Autodefesa para a invasão da Coreia e dominação do mundo. (Kim Yong Un, 2015, p. 48)

Neste contexto, o desejo político de alterar a constituição nacional, no Japão, com alegada interferência externa, veio acompanhado de ações que também preocupavam os norte-coreanos, em maio de 2016, na revista *Korea Today*, Choe Kwang Guk denunciou a alteração dos “três princípios japoneses para exportação de armas”, em 2015, que antes impedia o desenvolvimento de tecnologia de armas em conjunto com outros países e a exportação de armamentos completos. Esta mudança permitiu a aproximação de japoneses, norte-americanos e australianos para o desenvolvimento conjunto de um submarino militar, o que ocasionaria uma articulação de objetivos estratégicos ainda maior entre esses três atores. Neste contexto, Choe classificou as Forças de Autodefesa do Japão como a mais perigosa da Ásia, mesmo sendo apenas a segunda maior, atrás dos Estados Unidos, destacando seu “desejo de agressão” contra outros países:

[...] é necessário aumentar o orçamento da defesa – esta é a reivindicação do país. Como é a segunda maior potência militar depois dos EUA, tornou-se agora o país mais perigoso na Ásia. A paz e a segurança da Ásia estão sendo grandemente ameaçadas pelo Japão e a situação está se tornando mais volátil. [...] Evidentemente esse vínculo (entre EUA, Japão e Austrália) está mantendo a situação regional precária, pois tem como objetivo provocar uma guerra contra a paz e a segurança. (Choe Kwang Guk, 2016, p. 48)

Para sustentar essas acusações, os norte-coreanos passaram a apontar os benefícios que o governo Abe Shinzō obtinha ao criarem uma “ameaça imaginária” ou até mesmo ao provocar um possível conflito na península coreana. Em junho de 2017, na revista *Korea Today*, Rim Hye Gyong, sobre as políticas militares japonesas, escreveu:

A RPDC é o seu alvo principal. O Japão procura assumir a posição de “líder da Ásia”, mesmo oferecendo todo o seu arquipélago para os EUA como uma base avançada para invadir o continente, enquanto segue zelosamente a política hostil dos EUA em relação à RPDC. Apesar de ser uma nação derrotada, o Japão enviou suas antigas forças armadas e equipamento militar para a Guerra da Coreia (25 de junho de 1950 - 27 de julho de 1953) e cedeu seu território para ser uma base norte-americana para suprimentos de guerra, o que trouxe uma enorme fortuna. [...] Aproveitando a oportunidade em que a economia mundial está em desordem, o Japão está tentando fazer uma fortuna semelhante. (Rim Hye Gyong, 2017, p. 48)

De modo semelhante, em setembro de 2017, na revista *Korea Today*, Kim Il Ryong argumentou que o apoio japonês ao furor de guerra dos EUA contra a RPDC é parte de um “plano astuto e fraudulento inerente a história do país” que remete ao período da Guerra da Coreia em que o Japão transformou seu país numa base de suprimentos e de logística para os militares norte-americanos, o que lhe permitiu acumular uma “soma colossal de dinheiro” por meio do fornecimento de equipamentos e serviços ao governo norte-americano. Para os autores, as atitudes de rearmar as Forças de Autodefesa do Japão e anunciar a RPDC como

uma ameaça para o mundo, evidentemente sinalizava que os japoneses buscavam tensionar cada vez mais a situação na península coreana para que pudessem encontrar acordos tão vantajosos quanto aqueles da década de 50, mesmo que um conflito de fato não fosse deflagrado. No entanto, esta situação não se resumia às motivações econômicas.

Segundo Kim, motivações políticas também contribuem para que os japoneses deliberadamente piorem as relações com a RPDC, ele explica que:

A reivindicação frenética do Japão de uma “crise na península coreana” tem outro objectivo oculto: direcionar a atenção doméstica para a Coreia para acalmar a tendência anti-Abe e criar uma condição favorável para um mandato de longo prazo. Em outubro do ano passado, o governante japonês conseguiu expandir o mandato do presidente do LDP para três mandatos por nove anos, portanto ele pode permanecer no cargo até 2021. Mas há insatisfação com o ‘governo de um homem só’ de Abe dentro do LDP e os partidos da oposição estão travando uma “luta conjunta” contra o gabinete Abe. A taxa de apoio ao actual regime está caindo continuamente por alguns fatores instáveis revelados atualmente, como, a família do governante está relacionada ao escândalo sobre o jardim de infância Moritomo, a questão da reinstalação de uma base militar dos EUA em Hutemna, uma prolongada crise econômica, todos os tipos de desastres trabalhistas ininterruptos e práticas sociais malignas e a atrasada reabilitação de áreas afetadas por terremotos no leste do Japão e Kumamoto. (Kim Il Ryong, 2017, p. 48)

Assim, o autor argumenta que enquanto os governantes japoneses criaram “uma atmosfera de guerra e ‘uma fobia de guerra’ no país” para justificar o interesse em revisar completamente o texto do artigo 9 da Constituição do Japão que restringe o potencial militar japonês, eles também conseguem desviar a atenção dos problemas internos do país. Com esta estratégia, Kim considerou que apesar de não haver alteração da constituição, a situação havia efetivamente mudado, a partir das legislações adicionais introduzidas no governo Abe Shinzō, que promovem violações claras aos princípios constitucionais japoneses, como as novas diretrizes de defesa EUA-Japão, que permitem a existência de forças armadas terrestres, navais e aéreas com potencial de guerra; também, a lei de segurança nacional que autoriza o envio de tropas para territórios estrangeiros e intervenção armada, gastos militares massivos e desenvolvimento de armamentos ofensivos modernos. Neste sentido, Kim escreveu sobre a natureza da constituição japonesa na visão norte-coreana:

Eles destruíram completamente a “constituição pacifista” e a reduziram a um documento morto. Não há necessidade de fazer algo em relação a uma Constituição nominal, mas a revisão completa, que escancara o portão para o militarismo, é o principal alvo das autoridades japonesas, ao qual elas recorrem desesperadamente. (Kim Il Ryong, 2017, p. 48)

A obstinação do governo Abe Shinzō em alterar o artigo 9 da Constituição do Japão, para legitimar o aumento da capacidade bélica das Forças de Autodefesa do país sob o pretexto da “ameaça norte-coreana”, foi tida como injustificável pelos jornalistas norte-coreanos, que alegavam a existência de problemas mais graves para o primeiro-ministro japonês resolver em seu próprio país. Em agosto de 2017, na revista *Korea Today*, Kim Il Ryong “lembrou” aos japoneses e a comunidade internacional que o país insular possuía uma dívida nacional equivalente a 219% de seu PIB, um recorde entre as nações integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), também, que ainda existiam mais de 47 mil desabrigados, vítimas de um terremoto ocorrido em março de 2017, e que a população japonesa lidava com o aumento preocupante da criminalidade, nos últimos anos,

citando o exemplo de que, em 2016, cerca de 776.000 crimes graves foram registrados no Japão e houve um crescimento de 18,8% nos casos de sequestro e tráfico humano e de 4% em crimes de fraude; Kim considerava a atitude do governo Abe perante os fatos incaceitável:

Recusando-se a atender a essa realidade, porém, os políticos japoneses estão desperdiçando uma enorme soma de dinheiro para alcançar sua ambição selvagem. A Câmara dos Deputados aprovou o orçamento militar de 2017 no valor 5.125,1 bilhões de ienes, o que representa 1,4% de aumento percentual em relação ao total do ano passado. Se eles gastassem tanto dinheiro para melhorar as condições de vida do povo, a comunidade internacional teria pouca apreensão. As autoridades japonesas consideram mais urgente alcançar a sua velha ambição (de reinvidar a Coreia), em vez de salvar pessoas de condições de vida deploráveis. (Kim Il Ryong, 2017, p. 48)

De modo semelhante, em junho de 2017, Rim Hye Gyong denunciou os cortes no fundo de segurança social japonês enquanto aumentavam os gastos com as Forças de Autodefesa do Japão, criticando o fato de que o governo japonês priorizava a guerra em detrimento do bem-estar de seu próprio povo. Segundo Rim e Kim, o estímulo ao militarismo e o projeto de disseminar na sociedade japonesa um sentimento anti-Coreia do Norte, por exemplo, com exercícios de evacuação em massa para população civil agir em caso de ataque norte-coreano, é uma forma de desviar a atenção de todos esses problemas internos e transferi-la para o “inimigo”. Para os jornalistas norte-coreanos, a RPDC seria um verdadeiro “pote mágico” para o governo Abe Shinzō, pois legitimava todas suas ações inconstitucionais, que o permitia ir além em suas medidas militaristas, também poderia ser a causa de novos investimentos norte-americanos na região e ainda desviava a atenção dos problemas internos do país.

Por este motivo, o esforço nos periódicos foi redobrado para combater as narrativas japonesas durante todo o período. Neste sentido, a partir de Chartier (2002), podemos observar que enquanto as representações tendem a ordenar o mundo e impor uma hierarquia àquilo que se representa, esta por sua vez revela a posição ocupada por aqueles que a idealizaram, como veremos a seguir. Repetidamente, os autores afirmaram que os japoneses não possuíam ameaças reais no nordeste asiático, no entanto reconheciam que o governo Abe Shinzō enxergava a RPDC como o principal problema securitário da Região e a utilizava como pretexto para reconstruir o exército japonês. Em junho de 2014, na revista *Korea Today*, Kim Il Bong faz uma defesa clara da posição norte-coreana, numa publicação intitulada “Reviver o passado”, ele escreveu:

Quando o mundo está apreensivo quanto ao seu rumo para o militarismo, Abe, ao mesmo tempo que afirma que ‘não há mudança no caminho do Japão como nação pacífica desde a guerra’, está a apresentar um argumento absurdo sobre a ameaça de uma determinada nação. Por ‘ameaça’ ele quer dizer ‘ameaça da RPDC’. Historicamente, a Coreia nunca invadiu outras nações, mas sofreu invasões por forças estrangeiras e ainda está sob a ameaça dos EUA e do Japão. Durante muitos séculos, o Japão fez incursões na Coreia e juntou-se activamente aos EUA na sua política de agressão. Neste momento apresenta-se como a brigada de choque na implementação da estratégia mundial dos Americanos. Isto é para atingir o seu próprio objetivo de reinvasão da Coreia. (Kim Il Bong, 2014, p. 48)

Ele delimita claramente a identidade de ambos os países na sua percepção de mundo, o historicamente pacífico e o agressor. De modo semelhante, em novembro de 2017, numa

matéria intitulada “Onde está indo o Japão?”, na revista *Korea Today*, Rim Hye Gyong afirmou:

O primeiro objetivo (do Japão) é a conquista da Península Coreana, pois as autoridades japonesas sublinharam a necessidade de aumentar ao máximo a pressão sobre a República Popular Democrática da Coreia, descrevendo as medidas de autodefesa da RPDC como uma "ameaça" grave para a paz e a segurança globais em todas as ocasiões em pudessem se beneficiar. [...] Os políticos japoneses estão a fazer uma propaganda dramática da ‘ameaça da RPDC’ e da teoria sobre a "crise na Península Coreana" em estreita cooperação com os EUA nos movimentos de guerra contra a RPDC. Isto visa criar uma ‘justificativa’ para a concretização da sua ambição de se tornarem uma potência militar e de lançarem a agressão além-mar. (Rim Hye Gyong, 2017, p. 48)

Novamente, a discussão se dá em torno da legitimidade das prerrogativas com que cada Estado desenvolve suas capacidades militares, para os autores, enquanto a RPDC está embasada na agressividade dos EUA e seus aliados para desenvolver suas medidas de segurança, o Japão estaria a disseminar informações distorcidas da realidade para justificar suas ações. Contudo, ainda que haja uma preocupação com a militarização do Japão, os norte-coreanos não se enxergam como passivos as atitudes japonesas, é possível observar nos periódicos uma representação forte e confiante da RPDC. Em março de 2018, na publicação “Não jogue com o destino do país”, na revista *Korea Today*, Kim Hyon Ju afirmou:

Agora a Coreia não é aquela que costumava ser. Ela se desenvolveu numa potência capaz de produzir e lançar satélites artificiais e com forte capacidade de autodefesa. [...] O Japão estaria bem aconselhado em manter na mente que ninguém será capaz de resgatar o Japão se o povo coreano der vazão ao seu ódio reprimido contra ele. (Kim Hyon Ju, 2018, p. 48)

Esta mensagem se dirigia a Abe Shinzō que continuava seu projeto para militarização do país sob uma campanha anti-Coreia do Norte, que incluía exercícios com civis sobre como agir em caso de ataque norte-coreano, o que segundo Kim, seria para criar um clima de histeria coletiva na sociedade japonesa. Este tipo de mensagem foi recorrente nos periódicos, surgiam até mesmo como título das matérias, declarando que qualquer movimentação japonesa contra a RPDC seria a causa de sua autodestruição, ruína, de seu desaparecimento da história mundial e etc. O recado é sempre bem claro, uma nova investida contra a Coreia, resultará numa nova derrota e desta vez será definitiva.

Ainda assim, para os norte-coreanos, apesar da autonomia dada à representação do Japão, um país que persegue suas próprias metas e ambições, os laços EUA-Japão são mais problemáticos para a normalização das relações deste com a RPDC, do que qualquer outra política nacionalista japonesa. O envolvimento japonês nas querelas norte-americanas na região asiática foi questionado por Thae Chol, no semanário *Pyongyang Times*, em 1 de dezembro de 2018, na matéria “Já é hora do Japão pensar por si”, ele escreveu:

O Japão realizou um encontro com a RPDC 16 anos antes dos EUA e adotou a Declaração de Pyongyang entre a RPDC e o Japão para normalizar as relações diplomáticas. No entanto, todas as conquistas foram reduzidas a um pedaço de papel devido à traição do Japão, que apenas seguiu a linha de hostilidade dos EUA em relação à RPDC. O Japão ainda permanece com um comportamento inalterado tão desprezível. Mas seria melhor ponderar sobre qual tem sido a recompensa pelo seu serviço fiel aos EUA. (Thae Chol, 2018, p. 7)

O ponto central para Thae Chol era mostrar que os japoneses poderiam escolher um caminho independente, no qual eles poderiam manter boas relações com a China, a Rússia e a própria RPDC, no entanto, o alinhamento automático com os planos estratégicos dos EUA tornavam o Japão de Abe Shinzō um país submisso e que dificilmente conseguiria distensionar as relações de segurança com seus vizinhos.

As discussões indicam que, para os jornalistas norte-coreanos, a militarização do Japão é problemática por si só, pelos fatores históricos que a envolvem, mas é drasticamente agravada por estar conectado aos interesses dos EUA, uma potência estrangeira que, assim como o Japão fez durante a colonização da Coreia, infligiu danos severos aos norte-coreanos, tanto pelas ações na Guerra da Coreia quanto pela política hostil adotada contra o país até os dias atuais. Assim, a representação japonesa nos periódicos conflita entre esta submissão pós-Segunda Guerra aos interesses norte-americanos e o próprio desejo japonês de reviver os “dias de glória” do Império do Japão. De qualquer modo, o pretexto da ameaça nuclear norte-coreana junto às tentativas de revisão do artigo 9 da constituição japonesa, a retomada de símbolos do passado imperialista, a negação dos crimes de guerra e a modernização das Forças de Autodefesa do Japão não passariam de instrumentos para alcançar o objetivo de se expandir novamente às custas de seus vizinhos, com base em interesses sejam norte-americanos ou japoneses.

4 PASSADO, PRESENTE E FUTURO: QUESTÕES NÃO SUPERADAS

As relações entre coreanos e japoneses são milenares, no entanto, é a ascensão do Japão como potência imperial no último quartel do século XIX que provoca alterações profundas no modo de interação entre esses povos. O sucesso econômico da Restauração Meiji (1868-1889) permitiu ao Japão disputar com a China e as grandes potências europeias, em termos de influência e dominação, o poder sobre os países asiáticos mais frágeis. Este processo ocorreu em meio a revoltas e crises na península coreana e a monarquia que a governava encontrava-se debilitada pela ação das forças japonesas, chinesas e russas que se projetavam na Coreia. Esse choque de potências em território coreano pouco a pouco converteu-se em predominância do Japão, que primeiro derrotou os chineses na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e mais tarde derrotou a Rússia Czarista na Guerra Russo-Japonesa¹⁸ (1904-1905). Deste modo, os EUA, mediador da rendição russa, também reconheceu o domínio japonês sobre a península coreana em troca do reconhecimento japonês do domínio norte-americano nas Filipinas, um espólio da Guerra Hispano-Americana de 1898. (MACEDO, 2018)

O reconhecimento da autoridade japonesa por China, Rússia, Reino Unido e EUA ocorreu em detrimento da soberania do governo coreano, que sem sucesso recorreu aos órgãos internacionais para denunciar a violação japonesa do direito e dos tratados internacionais. Enfim, após o desfecho da Guerra Russo-Japonesa, a capital coreana recebe a visita de Ito Hirobumi que com o auxílio de tropas japonesas instaladas na Coreia coagiu membros do gabinete do imperador a assinar acordos que reunidos formaram o tratado de Protectorado, chamado pelos norte-coreanos de “Tratado dos Cinco Pontos de Ulsa”. Este tratado é o apogeu de uma série de acordos forçados pelos japoneses, antes da anexação formal, conhecidos como “tratados desiguais”. Neste momento, em 1905, o milenar Império Coreano e a secular dinastia Joseon caíram formalmente nas mãos japonesas, iniciando uma era de violências e exploração contra o povo coreano, que findaria apenas em 1945. (MACEDO, 2018)

¹⁸ Um acordo, em 1902, entre Reino Unido e Japão causou problemas logísticos à marinha czarista que não pôde utilizar o Canal de Suez para movimentar sua frota do Mar Báltico para o teatro de operação no Extremo Oriente.

A colonização da Coreia pelo Japão (1905-1945) é problemática entre a opinião pública povo coreano que apesar das diferenças políticas entre norte e sul, igualmente combatem e buscam reparação pelo sofrimento passado. Entre os crimes perpetrados pelo exército imperial japonês encontram-se estupros coletivos, a prática sistemática de escravidão sexual, uso de mão-de-obra escrava, massacres e espoliação do patrimônio coreano. No entanto, segundo Marcelo Neto (2021), ao invés de refletir criticamente sobre os erros do passado, uma pequena parcela de acadêmicos japoneses com grande apelo popular e político prefere encontrar inconsistências nos trabalhos e testemunhos que condenam as atrocidades cometidas contra os países vizinhos e desvinculá-las do governo imperial, tratando-as como erros individuais de oficiais e praças que não possuíam a anuência do imperador. Assim, popularizou-se a ideia de que o governo não era diretamente responsável, por exemplo, pela escravidão sexual de mais de 200 mil mulheres coreanas e de outras nacionalidades durante a Segunda Guerra Mundial e, portanto, não deveria pedir desculpas ou compensar financeiramente as vidas destruídas por estes crimes.

Desta forma, qualquer tentativa de abordar o assunto na sociedade japonesa enfrenta bastantes dificuldades, principalmente políticas, mesmo que a maioria dos pesquisadores e estudiosos da colonização da Coreia pelo Japão reconheçam e condenem os crimes cometidos, a partir das diversas fontes escritas, orais e visuais dispostas ao longo do tempo, inclusive pelo governo dos EUA, que no anos 90 desclassificou os documentos do período de ocupação do Japão e permitiu estabelecer diversas conexões entre oficiais do governo e as barbáries realizadas nas colônias, antes ocultadas pela destruição de arquivos ao fim da guerra. Poucas figuras públicas japonesas foram suficientemente corajosas para discutir estas questões a nível governamental, porém, em 1993, o ex-secretário-geral do Gabinete do Japão, Yohei Kono reconheceu em seu discurso a culpa do imperador no processo de coerção e escravidão sexual das mulheres coreanas num pedido de desculpas a Coreia do Sul, mas infelizmente isto aconteceu concomitantemente a um momento em que o governo japonês passava por instabilidades internas e, ainda no mesmo ano, o então primeiro-ministro, Kiichi Miyazawa renunciou ao cargo por falta de apoio do congresso, antes da assinatura de um pedido formal de desculpas pelos crimes e nenhum dos seus sucessores prosseguiram com a ideia de Kono, ou seja, a posição governamental em relação ao passado permaneceu praticamente a mesma¹⁹. (MARCELO NETO, 2021)

Neste contexto, entre 2013 e 2019, os periódicos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, respectivamente, publicaram 31 e 15 matérias que tratavam centralmente de problemas históricos entre os países, eles evocaram a lembrança da colonização da Coreia pelo Japão para denunciar a forma violenta como este processo fora conduzido e explicitar o quão problemático eram as tentativas do governo Abe Shinzō de exaltar, alterar e romantizar esse passado, que deveria ser superado, por meio do reconhecimento formal dos crimes japoneses de guerra e contra a humanidade e da compensação pelos danos causados no período colonial, e nunca, sob pretexto algum, ser admirado. Assim, podemos afirmar que os jornalistas dos periódicos combatiam o revisionismo histórico que estava permitindo a criação de distorções do passado na memória coletiva japonesa para legitimar o projeto militarista do governo japonês, visto na seção anterior. Deste modo, iremos identificar as principais representações do passado japonês nos periódicos e os diálogos que elas estabelecem com a narrativa norte-coreana sobre os problemas da militarização do Japão.

¹⁹ Existiram acordos menores entre a RdC e o Japão para reparar financeiramente o país durante o século XX e alguns estatutos conjuntos sobre a questão da escravidão sexual, sendo o último assinado em 2015, porém o progresso ainda é pouco significativo no âmbito do reconhecimento público, formal e amplo. Em relação a RPDC, em 2002, um encontro entre Kim Jong Il e Koizumi buscou solucionar os problemas históricos, porém outras questões, como os sequestros de civis japoneses e o programa de mísseis balísticos intercontinentais, também formaram um empecilho para um pedido de desculpas formal.

Em ambos os periódicos, a falta de crítica e reflexão por parte do Estado acerca dos erros cometidos pelo Império do Japão entre o final do século XIX e a metade do século XX faz parte de um processo intencional para manter o desejo de “expansão além-mar” vivo nas mentes e corações japoneses. Por exemplo, em janeiro de 2013, na revista *Korea Today*, na publicação “Japão Evasivo”, Choe Kwang Guk citando o exemplo da Alemanha que após 66 anos do fim da Segunda Guerra Mundial decidiu pagar pensões aos sobreviventes judeus que sofreram perseguição dos nazistas, afirma que a tendência mundial de reconhecer os erros do passado e refleti-los honestamente não é seguida pelos governantes japoneses que insistem em “negar, embelezar e justificar” os crimes cometidos para fugir da “obrigação legal e moral de liquidar seu passado”, ou seja, de se desculpar e promover compensações. De modo semelhante, em 6 de abril de 2019, no *Pyongyang Times*, na publicação “Japão precisa seguir outros exemplos”, Jong Pom Mi também utiliza do exemplo das compensações financeiras promovidas pela Alemanha para minimizar os impactos negativos que causou durante a Segunda Guerra Mundial e comenta a atitude dos governantes do Reino Unido de devolver uma trança de cabelo do imperador Theodoro II da Etiópia, que estava num museu britânico, para o país africano como atitudes que demonstravam disposição para superar e reparar os problemas do passado. O que, segundo o jornalista norte-coreano, não era demonstrado pelos japoneses:

No entanto, há um país que vai contra esta tendência. O Japão está a precipitar-se para o militarismo, uma vez que nega totalmente os seus crimes sangrentos do passado, valorizando a ambição não realizada do passado. [...] Argumentando que tinha perdido a guerra do Pacífico porque estava fraco, o Japão regularizou a peregrinação ao templo Yasukuni que homenageia os mortos na guerra do país, incluindo os criminosos de guerra classe A, definiu-o como um alvo político para construir um poder militar e continua incessantemente com a sua aposta arriscada de transformar as Forças de Autodefesa num exército para invasão além-mar. (Jong Pom Mi, 2019, p. 7)

Embora as discussões históricas façam parte da formação da identidade nacional de todos os países do mundo, precisamos compreender porque esta discussão importa para os planos do governo Abe Shinzō e o que ele visava alcançar com a retomada de símbolos do passado imperialista do Japão e a revisão de fatos passados. Basicamente, a ordem estabelecida ao final da Segunda Guerra Mundial, que impõe ao Japão a renúncia constitucional à guerra e à manutenção de forças armadas com capacidade ofensiva, é dotada de significado pelos crimes perpetrados pelos japoneses na região da Ásia-Pacífico contra civis e militares durante a primeira metade do século XX. Deste modo, o governo Abe Shinzō buscava distorcer e manipular as memórias desse período histórico para disseminar a ideia de que os fundamentos históricos que impõe a existência de limites para o poderio bélico japonês não eram válidos, o que aliado a construção da representação da “ameaça nuclear norte-coreana”, formavam os pilares centrais para o plano de alteração do texto do artigo 9 da constituição japonesa, também visto na seção anterior.

Neste sentido, muitas críticas foram dirigidas a forma como os políticos discutiam os problemas históricos internamente, em janeiro de 2014, na revista *Korea Today*, numa publicação intitulada “O futuro do Japão depende da liquidação de seu passado”, Choe Kwang Guk fez duras críticas a postura negacionista do então primeiro-ministro Abe Shinzō:

Mas como está se comportando outro criminoso de guerra, o Japão? No Japão de hoje, eles não só negam a sua história sangrenta de carnificina e pilhagem, mas também a justificam e elogiam abertamente. O Japão supera de longe a Alemanha nazista em seu passado de atos pecaminosos. [...] O fato permanece nítido e

inegável. No entanto, os políticos japoneses estão a negar abertamente o crime passado de escravidão sexual. Assim que assumiu o cargo, o atual primeiro-ministro japonês começou a negar o crime passado do Japão, insistindo que não havia provas de que o antigo exército japonês sequestrassem mulheres e as transformassem em ‘mulheres de conforto’. Ele disse que ‘a questão das ‘mulheres de conforto’ deveria ser discutida discretamente pelos historiadores ou pelos especialistas envolvidos’ e que ‘é errado fazer deste problema uma questão política ou diplomática’. Ele foi imediatamente seguido pelo secretário-chefe do gabinete, que expressou a sua intenção de reexaminar a declaração de Kono de 1993, que admitia o crime de escravatura sexual dos imperialistas japoneses. (Choe Kwang Guk, 2014, p. 47)

Enquanto argumentava que os historiadores deveriam discutir os problemas do passado japonês, o governo Abe promovia uma interpretação cada vez mais unilateral do passado e reduzia a possibilidade de debates públicos, o que foi alvo de críticas, em junho de 2015, na publicação “70 anos após a derrota”, na revista *Korea Today*, também escrita por Choe, que comentou as recentes decisões do então ministro da educação e ciências do Japão, Hakubun Shimomura, e analisou o panorama da educação da disciplina de História no Japão:

Nesta atmosfera, o Ministério da Educação e Ciência do Japão deu permissão para riscar as partes dos livros escolares do ensino secundário que descrevem os crimes de escravatura sexual cometidos pelo exército japonês. Consequentemente, termos como “mulheres de conforto para o exército” e “recrutamento forçado” foram eliminados dos manuais de história moderna e de economia política. No Japão, os livros de história que embelezam e justificam os seus erros passados aumentaram quase dez vezes em comparação com dez anos atrás. As distorções da história do Japão ultrapassaram o limite do encobrimento e da redução e chegaram à fase de distorção geral e negação geral sob o apoio e patrocínio das autoridades. Os políticos japoneses fazem, sem hesitação, observações militaristas imprudentes de que os julgamentos do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente “não foram decisões correctas” e sofisticam absurdamente que o Japão “libertou” os países asiáticos do jugo das potências ocidentais durante a Segunda Guerra Mundial. O ambiente político do Japão que abrange os círculos políticos, a comunidade educativa responsável pela educação da nova geração e o mundo da imprensa que deveria representar a justiça social e a consciência é marcado de forma impressionante pela negação obstinada dos crimes do passado. (Choe Kwang Guk, 2015, p. 48)

Segundo Choe Kwang Guk (2015), todos estes discursos e atitudes visavam reavivar o militarismo na sociedade japonesa por meio de seus símbolos e serviam para “alimentar o frenesi pela alteração da constituição”. Neste sentido, em abril de 2016, na publicação “Desilusão do Japão”, Kim Hyon Ju comentou sobre o ressurgimento dos símbolos imperialistas no Japão, materializados nas visitas ao templo Yasukuni, e as distorções da História promovidas oficialmente pelo governo japonês, ele escreveu:

Como resultado (dessas políticas), aparecem monstros mentais, que estão enganados de que a agressão do Japão à Coreia e a outros países asiáticos foi uma ‘guerra de libertação’ e uma ‘causa justa’ que lhes trouxe ‘civilização’ e ‘prosperidade’ e que o seu país é uma ‘nação sênior’ em vez de nação criminosa de guerra. Os políticos japoneses estão a tentar infundir veneno militarista nas gerações mais jovens que não sabem dos crimes das gerações mais velhas, e fazê-las seguir os seus passos. (Kim Hyon Ju, 2016, p. 48)

Consequentemente, percebemos que as questões históricas, para os jornalistas norte-coreanos, influenciam no desenvolvimento das políticas públicas japonesas, que caso

alcancem sucesso em convencer a população da inocência do governo japonês nos crimes cometidos pelo exército imperial no passado e da iminência da ameaça “nuclear” norte-coreana poderiam obter apoio suficiente para realizar a alteração do artigo 9 da constituição japonesa.

Neste sentido, a partir da perspectiva de Chartier (2002), percebemos que a construção da representação do passado do Japão nos periódicos se dá num campo de concorrências e de competições, nas quais o discurso governamental de um país tenta subjugar o outro para legitimar seus projetos, neste caso, o norte-coreano de manter o país insular no pacifismo, como foi imposto ao fim da Segunda Guerra, e o japonês de reavaliar sua posição na ordem internacional. Por este motivo, boa parte das publicações relacionadas à história das relações com o Japão nos periódicos norte-coreanos remetem diretamente aos crimes cometidos no período em que a Coreia esteve submetida ao poder colonial, visando combater o revisionismo japonês. Os jornalistas norte-coreanos tentam mostrar a fragilidade das narrativas promovidas pelo governo Abe Shinzō para alterar o artigo 9 da constituição japonesa, num verdadeiro confronto de representações. Assim como investiram na argumentação de que o arsenal nuclear era para lidar com a ameaça de guerra norte-americana e não para atacar o Japão com o intuito de deslegitimar a veiculação da ideia de um perigo nuclear norte-coreano por parte dos políticos japoneses que visavam justificar o fortalecimento das Forças de Autodefesa do Japão, os jornalistas dos periódicos buscaram evidenciar o caráter brutal e sistemático dos crimes cometidos pelo Império do Japão durante a colonização da Coreia, sobretudo, daqueles de escravidão sexual e dos assassinatos em massa, para invalidar as alegações do governo Abe Shinzō de que o estado japonês não tinha responsabilidade sobre esses crimes e que não era justo o país sofrer consequências no presente por conta deles.

Por exemplo, entre fevereiro e abril de 2019, Rim Hye Gyong²⁰ publicou uma série de matérias intituladas “Revelado velho crime de escravidão sexual do Japão”, na revista *Korea Today*, atacando os principais pontos da argumentação dos revisionistas²¹. A série de publicações confronta a retórica revisionista de que as práticas de escravidão sexual eram organizadas por indivíduos sem o controle do estado e as mulheres eram recrutadas consensualmente e recebiam salários. Para combater este discurso, inicialmente, o jornalista norte-coreano aponta a origem do problema:

Na verdade, os japoneses começaram a tomar as mulheres coreanas como escravas sexuais na década de 1920. Em 1918, o Japão despachou suas tropas para a Sibéria (para intervenção armada anti-revolucionária lá - de 1919 a 1922). Durante o período, as doenças venéreas se espalharam entre as tropas por causa de irregularidades sexuais. Então os imperialistas Japoneses estavam conscientes de que precisavam de estabelecer um sistema de escravatura sexual, a fim de evitar a diminuição da força de combate causada por doenças sexuais numa guerra de agressão prolongada, e começaram a colocá-lo em prática. (Rim Hye Gyong, 2019, p. 48)

²⁰ Além de autor para a revista *Korea Today*, Rim Hye Gyong é mencionado no semanário *Pyongyang Times* como pesquisador do departamento de Direitos Humanos do Instituto de Estudos Internacionais da RPDC.

²¹ Escolhemos a série de publicada por Rim Hye Gyong por estar organizada de maneira sequencial atacando os principais pontos de maneira sistemática. No entanto, em muitas outras reportagens a proposta foi semelhante. Por exemplo, em julho de 2013, na revista *Korea Today*, Kim Hui Suk já mostrava que o sequestro era a principal prática utilizada pelo exército japonês na busca por mulheres para “estações de conforto”, que em menor número utilizava de enganadores que prometiam emprego e dinheiro por serviços domésticos e de enfermagem no front de batalha para jovens, as quais terminaram escravizadas também.

Assim, já na década de 1920, as “estações de conforto”, nome dado pelos japoneses aos locais que funcionavam como “armazéns” de escravas sexuais, começaram a ser operadas pelos militares. Ou seja, a origem da escravidão sexual foi uma decisão ligada as instituições do governo japonês e assim permaneceu, segundo Rim, visto que, durante 1930 e 1945, foram estabelecidas diretrizes para o funcionamento destes estabelecidos por funcionários do Ministério da Guerra com conhecimento do ministro Sugiyama Hajime. Também, para mostrar que não havia consensualidade, Rim utiliza o testemunho de Ri Kyong Saeng²², que foi sequestrada pelos japoneses enquanto repousava na residência em que trabalhava, em 1929, quando tinha apenas 12 anos, para ser escravizada sexualmente junta a diversas outras adolescentes que eram impedidas de se comunicar umas com as outras. Em março de 2019, para combater a narrativa de que seriam as “escravas sexuais” simples prostitutas em busca de riquezas, que recebiam salários pelos serviços prestados, Rim escreve:

Enquanto comem um bolinho de arroz e rabanete em conserva como refeição, elas passam por agonia física e mental. Se tentassem fugir ou desobedecessem, seriam submetidas a punições severas ou mortos. [...] Quando foram derrotados em 15 de Agosto de 1945, os imperialistas japoneses massacraram ou deixaram as escravas sexuais para morrer em campos de batalha ou regiões desabitadas. Eles nunca deixaram um único escravo intacto para estar vivo. Por exemplo, mataram dezenas de escravas sexuais coreanas numa das ilhas do Mar do Sul, num abrigo antiaéreo em Yunnan, China. As sobreviventes da escravidão sexual testemunharam que sempre que (os japoneses) perdiam uma batalha, os soldados, ao regressarem, desabafavam a sua raiva sobre os suas escravas sexuais, às vezes as matavam. (Rim Hye Gyong, 2019, p. 48)

Segundo Marcelo Neto (2021), por este motivo também, os registros governamentais das escravizadas foram destruídos ou alterados. Todos estes fatos buscaram confrontar o revisionismo japonês, que quando não negava a responsabilidade por seus crimes, tentava amenizar os ocorridos, como fez o diplomata japonês Takashi Shinozuka, no estado norte-americano de Georgia, ao afirmar que as escravas sexuais do exército imperial eram simplesmente prostitutas e que os monumentos em lembrança das vítimas não passavam de símbolos de ressentimento e ódio contra o Japão.

Outro tópico reforçado nas páginas dos periódicos foi o massacre realizado durante a Revolta Popular de Primeiro de Março, em 1919. Segundo Pak Hak Chol, pesquisador do departamento de História da Universidade Kim Il Sung e colunista do semanário *Pyongyang Times*, numa publicação de 02 de março de 2019, mais de 300 crianças, 300 mulheres e 10.000 homens foram executados a mando do governo colonial japonês pelos métodos mais brutais, incluindo enforcamentos, perfuração por objetos cortantes, tiros e decapitações, enquanto mais de 51.000 pessoas foram feridas pelo exército e forças policiais japonesas durante estas manifestações que reivindicavam o fim do domínio colonial japonês e a independência da Coreia. Além disso, alguns números que buscam dimensionar quantitativamente os crimes japoneses contra o povo coreano se repetem em diversas matérias que abordam a colonização da Coreia pelo Japão. Na revista *Korea Today*, em agosto de 2016, Choe Kwang Guk nos traz esses dados gerais:

Durante a sua ocupação militar de mais de 40 anos, os japoneses mataram mais de um milhão de coreanos inocentes, capturaram à força mais de 8,4 milhões de jovens e reduziram mais de 200 000 mulheres coreanas a escravas sexuais do exército

²² O seu testemunho e o de outras vítimas estão presentes num documento das Organizações das Nações Unidas sobre a questão da escravidão sexual, disponível no endereço eletrônico: <https://digitallibrary.un.org/record/171914/files/A_48_302-FR.pdf>.

japonês antes de matarem cruelmente a maioria delas. (Choe Kwang Guk, 2016, p. 48)

Na mesma matéria, ele ainda lembrou a explosão do navio japonês *Ukishima Maru*, que fazia uma viagem para repatriar cerca de 3.700 coreanos e explodiu por supostamente colidir com uma mina naval, mesmo após o caminho ter sido “limpo” para a navegação, sendo a única embarcação a ser atingida no porto de Maizuru, o que o governo japonês classificou como um acidente, o que para o jornalista norte-coreano indica uma operação intencional do governo japonês. Neste sentido, as sensíveis questões do passado entre os países é agravado pela situação atual das relações entre os dois países e dificulta o alcance de um interesse comum, diferentemente do que acontece com outros países que passaram por violências semelhantes nas mãos do Império do Japão, mas foram impelidos a retomar os laços pela conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial.

Segundo Rim Hye Gyong, na revista *Korea Today*, em outubro de 2016, os japoneses se valem de acordos firmados com a Coreia do Sul, sendo o mais recente considerado “definitivo e irreversível”, assinado no final de 2015, para declarar que as questões referentes aos crimes de escravidão sexual estavam resolvidas, portanto, não seriam mais tratadas oficialmente pelos representantes japoneses. Rim critica a quantidade de travas impostas pelo Japão para tratar destas questões diretamente com a RPDC, como vemos:

Com isto o Japão afirma que cumpriu o seu dever de resolver a história passada. Argumenta também que a comunidade internacional, incluindo a RPDC, deveria parar de pressionar fortemente e critica a RPDC, agitando-se sobre uma questão que nada tem a ver com a liquidação do passado pelo Japão. Argumenta que não discutirá mais a liquidação do passado, a menos que a RPDC seja desnuclearizada. A intenção dissimulada do Japão é evitar a liquidação do passado até ao fim, sob o pretexto da questão nuclear da RPDC. Mas os crimes cometidos pelo Japão contra a nação coreana nunca poderão ser apagados ou justificados em qualquer caso. Os seus crimes passados são um fato flagrante já confirmado não só pela Coreia, mas também pela comunidade internacional, e as vozes de reflexão e de desculpas por eles também podem ser ouvidas dentro do Japão. (Rim Hye Gyong, 2016, p. 43)

Por mais que existam travas reais para uma melhoria nas relações RPDC-Japão, como a relação que ambos mantêm com os EUA e os problemas mal resolvidos do passado, podemos afirmar seguramente que a situação retratada pelos periódicos mostra muito mais uma indisposição política de ambas as partes do que propriamente uma “insuperabilidade” destas questões, que em 76 anos tiveram apenas dois encontros bilaterais, em 2002 e 2014, e nunca estabeleceram relações diplomáticas oficialmente, mantendo a comunicação fragilmente por meios como a Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão, uma instituição civil pró-Pyongyang que funciona como uma espécie de embaixada não-oficial e que é extremamente perseguida pelas autoridades japonesas. Afinal, justamente ou injustamente, muitos acontecimentos terríveis foram “superados” a nível governamental por países vítimas do imperialismo e do colonialismo para normalizar as relações diplomáticas e econômicas com seus agressores visando alcançar uma melhoria na qualidade de vida de sua população e a estabilização de questões de segurança estratégica daquele momento em diante, por exemplo, o Vietnã mantém relações com França e EUA, o México mantém relações com Espanha e EUA, a RdC e a China mantêm relações com o Japão e inúmeros outros casos que poderiam ser citados.

De qualquer modo, a representação do Japão como um país criminoso de guerra foi exaustivamente explorado pelos periódicos norte-coreanos, entre 2013 e 2019, para endossar a ordem estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial, em que os japoneses tiveram de

renunciar constitucionalmente a guerra e a manutenção de forças armadas com potencial ofensivo, e deslegitimar os discursos e as políticas revisionistas do governo Abe Shinzō, que deliberadamente alterava fatos históricos para servir a suas ideias de fortalecer as Forças de Autodefesa do Japão e alterar o artigo 9 da constituição japonesa. Neste sentido, a memória dos massacres cometidos na Coreia e contra coreanos no Japão, da escravidão sexual a qual as mulheres coreanas foram submetidas e da espoliação da península pelos japoneses foram instrumentalizadas para lembrar aos leitores o porque dos japoneses serem proibidos de ir a guerra e afirmar que, antes de tudo, eles deveriam buscar se desculpar e reparar os danos cometidos contra o povo coreano, como fez a Alemanha pelos crimes dos nazistas, mantendo viva a memória dos crimes cometidos e promovendo reparações diretas e indiretas por eles. Assim, o combate ao revisionismo japonês serviu para incorporar a representação do Japão a imagem de um país que não reflete criticamente os erros do seu passado e por isso caminhava para cometê-los novamente, caso não fossem parados.

5 TOK, TAKESHIMA: PODEM AS COREIAS TER UM OBJETIVO EM COMUM?

As pequenas ilhas Tok²³ são formadas por miúdos rochedos em um trecho do oceano Pacífico conhecido como Mar do Leste da Coreia pelos coreanos e Mar do Japão pelos japoneses. O controle efetivo do local é exercido pela Coreia do Sul, que por ordem de Syngman Rhee ocupou militarmente o lugar e o incorporou à província de Gyeongsang do Norte, em 1952. Contudo, diversas autoridades japonesas já denunciaram a ocupação sul-coreana como ilegítima, pois entendem que não há fundamentos históricos ou jurídicos que permitam a presença de “militares estrangeiros” no que reconhecem como a ilha de Takeshima, uma parte “inerente” do território japonês. Essa disputa é um tema sensível entre os dois países, que disputam o território há décadas, a saber pelo direito de explorar alguns recursos disponíveis em suas proximidades (hidrocarbonetos, peixes e iguarias).

Nos perguntamos então, o que este litígio importa para a República Popular Democrática da Coreia? Primeiramente, por questões históricas, desde o século XVI, quando a Coreia ainda estava unificada sob uma monarquia, estes territórios eram reivindicados pelo país e em uma eventual reunificação da península estes territórios seriam bem vindos. Porém, o mais importante, pelo menos para o presente trabalho, é que esta disputa territorial fornece coerência aos elementos que constituem a representação do Japão, nas seções anteriores, para a mídia estatal norte-coreana. Ao discutirmos, as representações construídas pelos periódicos norte-coreanos *Korea Today* e *Pyongyang Times* sobre a militarização do Japão e a colonização da Coreia pelo Japão, percebemos a insistência em alguns aspectos, entre eles: o desejo de expansão além-mar japonesa e a falta de interpretação crítica do passado, que levaria o país insular a repetir seus erros históricos em algum momento. Assim, a representação da disputa pela soberania das ilhas Tok trata de um território coreano que corre o risco de invasão por parte da moderna Força de Autodefesa do Japão. Portanto, nada mais conveniente a construção da percepção de mundo que buscaram construir: os japoneses pretendem repetir seu passado de crimes de guerra, logo não devem ter o direito de se rearmar.

Deste modo, a atenção cedida ao tema resultou em 8 publicações exclusivamente ligadas ao assunto e algumas menções em matérias de outros tópicos, entre 2013 e 2019. Outras disputas territoriais japonesas com russos e chineses também foram exploradas pelos periódicos para corroborar a narrativa criada e demonstrar que o governo Abe Shinzō

²³ A transcrição da língua coreana para o alfabeto latino pode variar da RPDC para a RdC; a ilha referida quando tem seu nome transcrito por sul-coreanos é chamada de Dokdo, enquanto os norte-coreanos transcrevem o nome oficial da ilha como Tokdo-ri e usualmente utilizam apenas “Tok Islets” para referi-la em seus meios de comunicação.

deliberadamente tencionava as relações com os países vizinhos para criar uma atmosfera favorável a militarização do Japão, como escreveu Song Jong Ho, em 15 de junho de 2019. No entanto, apenas a disputa pelas ilhas Tok será nosso foco, pois forneceu coesão a um dos principais aspectos narrativos da representação sobre o Japão: a ameaça iminente de agressão por parte dos japoneses.

A primeira aparição da polêmica ilha na revista *Korea Today*, em maio de 2013, falava sobre a coragem e o orgulho do povo coreano a partir das tentativas japonesas de tomar o domínio das ilhas. Na publicação intitulada “Ilhas Tok e Ilha Ullung pertencem a Coreia”, Kim Un Jong escreveu a história de An Ryong Bok, um barqueiro que questionou a presença de pescadores japoneses nas ilhas em questão e viajou ao Japão duas vezes para exigir o reconhecimento formal desses territórios como parte da Coreia. Segundo Kim, apesar do “governo feudal coreano incompetente e corrupto”, An Ryong Bok teria se voluntariado para defender a soberania da dinastia Joseon sob as ilhas e conseguiria o reconhecimento de uma autoridade da Prefeitura de Tottori, no Japão, de que as ilhas pertenciam legalmente a Coreia e proibiria a viagem de japoneses para lá.

Na publicação, An Ryong Bok realizou seus feitos durante 1693 e 1696, muito antes do reconhecimento japonês das ilhas como parte inerente de seu território, em 1905. Entretanto, o documento “Dez tópicos sobre a questão de Takeshima”, do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (2014), alega que An Ryong Bok foi repudiado pelo governo de seu próprio país e que este não reconhecia as atitudes dele como oficial. Como a matéria descreve, An não possuía cargo algum na dinastia Joseon, era um simples pescador, e isto é utilizado como argumento pelos japoneses que compreendem estes ocorridos longínquos como não oficiais, mal-entendidos e, portanto, inválidos. Este contraponto é válido para compreendermos como a luta de representações interfere na linguagem de ambos, pois as atitudes de An Ryong classificadas como “voluntarismo e patriotismo”, no periódico norte-coreano, são descritas nos documentos oficiais japoneses como “grosseria e falta de noção”, estas e outras diferenças perceptíveis, dentro da noção de representação de Chartier (2002), revelam mesmo contra a vontade de quem escreveu, a posição que ele ocupa.

Neste sentido, as publicações seguintes foram incisivas em questionar a legitimidade das alegações japonesas de soberania sob os territórios. Em outubro de 2013, na publicação “Tentativa tola de roubar uma ilha”, Choe Kwang Guk listou uma série de mapas japoneses produzidos entre 1592 e 1924, os colocando como provas irrefutáveis, em que as ilhas Tok apareciam como parte da Coreia. Em seguida, Choe comentou o uso político que o governo japonês fazia das ilhas Tok, como vemos:

Este ano, também, eles estão insistindo na “incorporação da Ilha Tok na província de Shimane” e fazendo barulho tentando criar um escritório que trate exclusivamente da questão da Ilha Tok dentro do governo. Em Fevereiro passado, o governo japonês enviou o seu membro do Gabinete para participar no evento do ‘Dia de Takeshima’, desconsiderando o protesto e a condenação do povo coreano. Pouco depois, o ministro dos Negócios Estrangeiros japonês reivindicou um ‘domínio sobre a ilha Tok’, dizendo que o Japão iria abordar consistentemente a questão, uma vez que não seria resolvida da noite para o dia. [...] A razão pela qual o Japão repetidamente faz com que os membros do seu Gabinete reivindiquem a Ilha Tok, desafiando o protesto e a condenação das pessoas dentro e fora (acerca da reivindicação), é obviamente para tornar a questão da Ilha Tok uma disputa internacional e imbuir o seu povo com um desejo selvagem na ilha. Desta forma, o Japão irá preparar o caminho para uma reinvasão além-mar. (Choe Kwang Guk, 2013, p. 47)

Choe Kwang Guk, em agosto de 2015, descreveu a comemoração anual do “Dia de Takeshima” como um “atentado desesperado para distorcer a história” e “parte de um

esquema para expandir o território”, condenando todos os esforços do governo japonês para colocar o tema em evidência, por exemplo, ao publicar um vídeo traduzido para 11 idiomas com as principais razões do porque a “ilha de Takeshima” ser um território inerente do Japão.

Adiante, em março de 2016, na publicação “Posição descarada”, Choe Kwang Guk escreveu: “Agora, o atentado japonês de roubar as ilhas Tok está indo aos extremos”. A defesa da soberania coreana acontece por meio de argumentos de base histórica e argumenta que a negação da mesma é apenas mais uma estratégia para inflamar sentimentos negativos em relação aos vizinhos japoneses e consequentemente aumentar a aprovação de forças armadas mais potentes pela população, como vemos no texto de Choe:

Em janeiro de 1696, o governo Edo do Japão reconheceu que a Ilha Ullung e as Ilhas Tok são terras da Coreia e ordenou que seu povo desistisse do acesso às águas da Ilha Ullung. Em 20 de março de 1877, Iwakura Tomomi, oficial do Dajokan (o Gabinete), o mais alto órgão das autoridades japonesas, deu uma instrução ao Ministério dos Assuntos Internos para que reconhecesse que a Ilha Ullung e as Ilhas Tok “não possuem relação com o Japão”. Tais fatos comprovam que o Japão reconheceu historicamente que as Ilhotas Tok estavam sob o domínio da Coreia. Uma cópia de um mapa de operações militares feito por ordem de Toyotomi Hideyoshi durante a invasão da Coreia pelo Japão em 1592, e o original do mapa das oito províncias da Coreia feito pelo famoso geógrafo japonês Hayashi Shihei em 1785 mostram que as Ilhotas Tok são uma parte do território coreano. [...] Apesar da verdade, os conservadores japoneses de extrema direita reivindicam ‘domínio sobre as ilhas Tok’. A sua intenção sinistra é implantar a ideia errada na geração emergente de usá-los como uma brigada de choque para tomar as ilhas. (Choe Kwang Guk, 2016, p. 48)

Em seguida, Choe reforçou seu ponto de vista, explicando que “a educação é uma questão fundamental no destino de uma nação” e sob o pretexto de “dar profundo entendimento (sobre a disputa territorial) aos estudantes através de seus livros didáticos”, diversas escolas japonesas adotaram materiais que nomeavam as ilhas Tok como Takeshima e a declarava parte inerente do território japonês. Tudo isto faria parte da ambição da extrema-direita japonesa em lançar “uma agressão para além-mar”. Assim, esta sequência de matérias transmitem a mensagem divulgada persistentemente: a ignorância promovida em relação ao passado conduzirá aos erros do futuro e por isto o Japão deve ser contido.

Novamente, em 02 de junho de 2018, no semanário *Pyongyang Times*, na publicação “Intolerável reivindicação das Ilhas Tok”, Kim Rye Yong argumentou que a suposta anexação do território pelos japoneses em 1905 não passou de uma notícia local da prefeitura de Shimane, a qual reconhecia o local como “sem donos” e não foi informada a comunidade internacional ou ao governo da Coreia feudal e mesmo que tivesse ocorrido, a posse da ilha teria sido invalidada por meio das convenções pós-Segunda Guerra Mundial que retirava do domínio japonês “todos os territórios adquiridos por meio da força e ganância”. Neste sentido, para o autor, a insistência dos japoneses em reivindicar soberania sobre essas ilhas é uma “revelação do seu desejo de reinvadir a Coreia” e “sua intenção sinistra é roubar o ponto mais oriental da Coreia e fazê-lo de pé de apoio para reinvadi-la”. Ele prossegue argumentando que os japoneses atribuem sua derrota na Segunda Guerra a fraqueza, por isso estão investindo seus recursos em fortalecer suas Forças de Autodefesa o que em conjunto com as leis para permitir a atuação dessas para além dos domínios japoneses seriam os primeiros passos para “expansão além-mar contra a Coreia”. Para finalizar, ele acrescenta que o governo de extrema-direita japonês realiza esta militarização agressiva sob o pretexto de lutar contra a

“ameaça norte-coreana”, mesmo quando o governo Kim Jong Un realiza uma “virada de época”²⁴ rumo à distensão da península coreana.

No dia 08 de dezembro de 2018, no semanário *Pyongyang Times*, na publicação “Reivindicação territorial revela intenção doentia do Japão”, de modo semelhante a publicação anterior, Choe Yong Nam argumentou que as reivindicações japonesas vão contra todos os fatos históricos, geográficos e jurídicos e não passam de um enredo para o Japão desenvolver sua capacidade militar. O jornalista norte-coreano afirma:

As Ilhotas Tok, localizadas no extremo leste da Coreia, são um bom trampolim para o Japão reinvidicar a Coreia e outros países asiáticos. O Japão está a tentar enganar o público interno e externo, mentindo que as ilhas seriam uma região disputada para justificar seu intuito pela reinvasão da Península Coreana. (Chow Yong Nam, 2018, p. 7)

Em maio de 2019, na revista *Korea Today*, todos esses argumentos são retomados e Kim Il Bong alega que “o atual Japão cheio de uma ambição inalterável de invasão relembra as pessoas do Japão fascista que massacrou coreanos cantando Kimigayo sob as cores sangrentas de Hinomaru²⁵”. Ele argumenta que o posicionamento japonês em relação às ilhas Tok pode conduzir a novos conflitos no Extremo Leste, como vemos:

No século passado, o Japão invadiu a Coreia e desencadeou a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Guerra Russo-Japonesa e a Guerra do Pacífico, ao mesmo tempo que defendia a ‘paz no Oriente’ [...] Neste momento, pretende lançar uma nova invasão sob o manto da paz, mais uma vez. (Kim Il Bong, 2019, p. 47)

Deste modo, percebemos uma ligação intrínseca entre a representação do Japão nos periódicos *Korea Today* e *Pyongyang Times* e a disputa pelas ilhas Tok, pois este fenômeno se torna um elemento coesivo para representação dos japoneses: a disputa territorial é utilizada, principalmente, para ilustrar o desejo japonês de expandir seu território além-mar em detrimento da Coreia. Neste sentido, podemos traçar um certo paralelo entre os sentimentos dos norte-coreanos e dos seus irmãos sul-coreanos ao ver o Japão reclamar um território considerado por eles parte de si há quase cinco séculos, visto que compartilham uma longa história em comum, com o horrível episódio da colonização japonesa, como afirma Thaisa da Silva Viana (2021):

Essa forte memória histórica está ligada à região quase que diretamente, uma vez que a defesa de Dokdo/Takeshima como território sul-coreano vem como uma defesa a um dito “resquício de colonização japonesa” e como uma representação de desculpas do governo japonês por suas ações durante a Segunda Guerra. A situação também nos leva a observar as demais questões históricas que a luta pela soberania por Dokdo/Takeshima levanta quase que intrinsecamente à sua existência. (VIANA, 2021, p. 190)

De acordo com Viana (2021), as discussões sobre as ilhas Tok são produtos de um momento histórico singular e do passado imperialista japonês, para resolvê-las seria necessário romper a ordem estabelecida por japoneses e coreanos e fugir da lógica adotada até o momento. Portanto, apesar da disputa não envolver diretamente a RPDC, diferentemente da militarização do Japão e das questões referentes ao período de colonização da Coreia, sua proximidade histórica com o tema e a utilidade deste para respaldar as classificações, divisões e delimitações organizadas e corroborar com a narrativa criada nos periódicos *Korea Today* e

²⁴ Kim Rye Yong está se referindo à desativação de um sítio para testes nucleares, em 2018, como consequência das negociações entre o então presidente norte-americano, Donald Trump, e Kim Jong Un.

²⁵ Bandeira japonesa durante a ocupação da península coreana.

Pyongyang Times, torna esta querela digna de atenção por parte dos norte-coreanos, que continuarão a imputar ao Japão o rótulo de imperialista e agressor, enquanto suas relações permanecerem mal-resolvidas.

6 CONCLUSÃO

As questões analisadas referentes às relações entre a RPDC e o Japão nos periódicos *Korea Today* e *Pyongyang Times* são acessíveis a partir de um suporte disponível online e por meio deste é possível escrever a história de um país, cujas aspirações e história foram silenciadas pela mídia hegemônica ocidental, por uma perspectiva nova que nos permite fugir dos estereótipos associados frequentemente a Coreia do Norte para tentar compreendê-la a partir de seus próprios interesses e posicionamentos. Utilizar das mídias estatais norte-coreanas como objeto de pesquisa é um esforço inédito na produção historiográfica brasileira, que pouco explora estes materiais. Mesmo em outras áreas, a grande maioria dos estudos em língua portuguesa sobre a RPDC são produzidos por acadêmicos das Relações Internacionais e das Ciências Políticas que majoritariamente estudam as consequências da política externa norte-coreana e o Juche, teoria idealizada por Kim Il Sung com base no Marxismo-Leninismo. Neste contexto, a incorporação das mídias estatais norte-coreanas aos estudos sobre a RPDC é importante para preencher estas lacunas, pois permite a ampliação dos temas a serem estudados e lança um olhar direto sob a perspectiva oficial norte-coreana.

Vimos que os pensamentos expressos nas páginas dos periódicos *Korea Today* e *Pyongyang Times*, entre 2013 e 2019, representam a visão governamental dos fatos e revelam as preocupações que levam algo a ser classificado como bom ou ruim, como algo digno ou não de atenção para o governo norte-coreano. Podemos afirmar, a partir da análise dos periódicos, que os critérios para construir as representações levavam em consideração muito mais a relação desgastada e tensa que o governo Kim Jong Un mantinha com as autoridades japonesas que aspectos “objetivos” aplicados a todos os países do mundo. O que nos mostra mais uma vez, que as representações por mais que se pretendam universais estão indissociavelmente ligadas aos interesses dos grupos que as criaram. Isto é perceptível à medida que o Japão não foi único país asiático a passar por uma militarização massiva na década passada, porém foi o único a seguir esse rumo publicamente declarando que tinha como foco conter a ameaça nuclear da RPDC e estreitar os laços militares com os EUA, governo hostil a Pyongyang, o que torna o Japão bem mais preocupante, que a China ou a Rússia, que não abrigam bases militares norte-americanas e não enxergam a RPDC como uma ameaça. Da mesma forma, o Japão não foi o único país a invadir e cometer crimes contra a Coreia, que enfrentou mongóis, chineses, norte-americanos e franceses em diferentes momentos históricos, no entanto, com exceção dos EUA, os outros países não negam sistematicamente os acontecimentos do passado e não discursam propondo criar forças armadas fortes o suficiente para lançarem ataques preventivos contra a RPDC.

Por conseguinte, as publicações na revista *Korea Today* e no semanário *Pyongyang Times*, entre 2013 e 2019, sobre o Japão de Abe Shinzō salientaram negativamente os aspectos belicista e revisionista da gestão do então primeiro-ministro japonês e atacaram as bases do seu projeto de militarização, que visava sobrepujar a ordem pacifista do pós-Segunda Guerra Mundial, indo de encontro aos interesses norte-coreanos para região. Deste modo, as narrativas sobre a militarização do Japão, a história da colonização da Coreia pelo Japão e as disputas territoriais foram instrumentos úteis para criação da representação norte-coreana sobre o Japão belicista, criminoso de guerra e revisionista, estas, por sua vez, só possuem significado no contexto sócio-histórico determinado em que foram construídas para atender aos interesses do governo norte-coreano.

Durante o período analisado, as alianças tradicionalmente associadas a Coreia do Norte, como China e Rússia, por mais que não a abandonassem completamente, mantinham uma certa distância do governo Kim Jong Un em razão dos testes nucleares realizados, com chineses e russos aprovando sanções no conselho de segurança da ONU. Neste contexto, a ascensão militar japonesa significava ter um enorme problema vizinho ao país, num momento em que a RPDC se encontrava praticamente isolada. Contudo, o cenário atual começa a configurar-se em 2018, quando o então presidente Donald Trump buscou dialogar para se reaproximar do governo de Pyongyang, uma tentativa de distensionar a situação que não resultou efetivamente em nada, e sofreu uma alteração brusca com a ascensão de Joe Biden à presidência dos EUA que passou a adotar uma linha dura na Ásia, no Leste da Europa e no Oriente Médio, o que levou a um distanciamento dos chineses e dos russos em relação às políticas norte-americanas e a uma reaproximação com a RPDC. Ou seja, impor travas aos projetos militaristas do governo japonês era essencial para evitar uma desvantagem ainda mais acentuada nas questões diplomáticas, econômicas e militares do Leste Asiático. Por este motivo, os periódicos fizeram esforços contínuos em atacar os projetos anti-RPDC de Abe Shinzō, que sabia das dificuldades enfrentadas por Kim Jong Un e buscou utilizar das oportunidades encontradas para fortalecer a posição japonesa como potência militar, como, em 2014, na ocasião em que houve redução de gastos militares pelos norte-americanos na região do Pacífico, o governo japonês vislumbrou preencher as lacunas que surgiram eventualmente.

Não é possível mensurar o quanto estas representações foram aceitas e como elas foram recepcionadas pelo público em geral, tema que poderia ser desenvolvido em futuros trabalhos sobre as mídias estatais norte-coreanas. Mas é sabido que os pontos centrais do projeto militarista e revisionista de Abe Shinzō não foram totalmente realizados. Isto porque a resistência interna e externa às ideias de Abe Shinzō, sobretudo, pelos políticos progressistas e pelos representantes de outros países asiáticos influenciaram bastante o curso das ações do governo, que nunca contou com o apoio total da Dieta Japonesa ou do povo. Apesar disto, enquanto esteve no poder, o ex-primeiro-ministro estimulou o revisionismo histórico e a ideia de que existia uma ameaça nuclear norte-coreana, concomitantemente avançou em diversas questões relacionadas ao fortalecimento das Forças de Autodefesa do Japão por meio de legislações adicionais e estreitamento da cooperação com os norte-americanos, no entanto, o artigo 9 da constituição japonesa seguiu inalterado.

Por conseguinte, a paz e a estabilidade do nordeste asiático dependem, entre outros fatores, da resolução dos impasses entre norte-coreanos e japoneses, que deveriam buscar a melhoria das relações bilaterais de maneira independente sem a interferência de potências estrangeiras, como os EUA, cuja unilateralidade na proposição de soluções para a região apenas fez escalar as tensões nas últimas três décadas. No entanto, atualmente, os norte-americanos estão cada vez mais presentes na Ásia, sob o pretexto de “uma ameaça expansionista chinesa”, e tornaram o Japão, graças às políticas instituídas por Abe Shinzō, o braço direito de suas operações logísticas no Extremo Leste Asiático, que agora encontra-se dividido em vários blocos com objetivos políticos e econômicos bem distintos. Assim, a RPDC e o Japão seguem antagonizando embates políticos, econômicos e ideológicos no extremo leste, sobretudo, por ocuparem papéis diferentes na geopolítica regional, o que alimenta as disputas no campo das representações, fundamentais para compreensão das relações entre norte-coreanos e japoneses, como discutimos anteriormente.

REFERÊNCIAS

Choe Kwang Guk. **Japan Tries to Repeat Her History of Aggression. Korea Today**, Pyongyang, nov. 2013, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Chol Nam. **Self-destructive Moves. Korea Today**, Pyongyang, abr. 2014, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Dangerous US-Japan Alliance. Korea Today**, Pyongyang, fev. 2014, p. 46. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Wriggling Militarism. Korea Today**, Pyongyang, mai. 2016, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Three Arrows for Security - What for? Korea Today**, Pyongyang, mai. 2014, p. 47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Japan's Future Depends on Liquidation of the Past. Korea Today**, Pyongyang, jan. 2014, p. 47-48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **70 Years After Defeat. Korea Today**, Pyongyang, jun. 2015, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **No to Japan's Adventure. Korea Today**, Pyongyang, ago. 2015, p. 46-47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Brazen Stance. Korea Today**, Pyongyang, mar. 2016, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Foolish Attempt to Rob an Islet. Korea Today**, Pyongyang, out. 2013, p. 47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Choe Kwang Guk. **Evasive Japan. Korea Today**, Pyongyang, jan. 2013, p. 41-42. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Chong Yong Nam. **Territorial claim reveals Japan's ill intention. Pyongyang Times**, Pyongyang, 08 dez. 2018, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

HAZARD OF THE US-JAPAN SECURITY TREATY. Korea Today, Pyongyang, abr. 2013, p. 47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Jong Pom Mi. **Japan needs to follow others' examples. Pyongyang Times**, Pyongyang, 06 abr. 2019, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Il Bong. **Re-live the Past? Korea Today**, Pyongyang, jun. 2014, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Il Bong. **Where Does Wild Dream Lead Japan? Korea Today**, Pyongyang, maio. 2019, p. 47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Il Ryong. **Day Dream - Kiss of Death. Korea Today**, Pyongyang, ago. 2017, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Il Ryong. **Japan s Sinister Intention of Fanning up the US War Fever. Korea Today**, Pyongyang, set. 2017, p. 47. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Hyon Ju. **Delusion of Japan. Korea Today**, Pyongyang, abr. 2016, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Hyon Ju. **Don't Gamble with the Country's Fate. Korea Today**, Pyongyang, mar. 2018, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Rye Yong. **Claim for Tok Islets intolerable. Pyongyang Times**, Pyongyang, 02 jun. 2018, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Un Jong. **Tok Islet and Ullung Island belong to Korea. Korea Today**, Pyongyang, mai. 2019, p. 44. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Kim Yong Un. **The Catastrophe in the Offing. Korea Today**, Pyongyang, nov. 2015, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Pak Hak Chol. **Bloody massacre illustrates Japan's crimes against Koreans. Pyongyang Times**, Pyongyang, 02 de março de 2019, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **Dwindling Social Security Funds Versus Soaring Military Expenditure. Korea Today**, Pyongyang, jun. 2017, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **Where Is Japan Going? Korea Today**, Pyongyang, nov. 2017, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **What Is Japan's Future Like? Korea Today**, Pyongyang, out. 2016, p. 43. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **Japan's Old Crime of Sexual Slavery Revealed 1. Korea Today**, Pyongyang, fev. 2019, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **Japan's Old Crime of Sexual Slavery Revealed 2. Korea Today**, Pyongyang, fev. 2019, p. 48. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Rim Hye Gyong. **Japan's Old Crime of Sexual Slavery Revealed 3. Korea Today**, Pyongyang, fev. 2019, p. 45-46. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

Song Jong Ho. **Ambition behind territorial claims. Pyongyang Times**, Pyongyang, 15 jun. 2019, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

Thae Chol. **It is high time Japan thought on its own. Pyongyang Times**, Pyongyang, 01 dez. 2018, Política Internacional, p. 7. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/pyongyang-times/>. Acesso em: 10/04/2024.

WHERE JAPAN HEADS FOR. Korea Today, Pyongyang, dez. 2013, p. 42. Disponível em: <https://kcnawatch.org/periodicals/korea-today/>. Acesso em: 10/04/2024.

BLOMQUIST, Rachel. WERTZ, Daniel. An Overview of North Korea-Japan Relations. **The National Committee on North Korea**. Washington, 2015.

BOSCHI, Alysson Araldi. Conflitos no Leste Asiático e suas influências no processo de reinterpretação e de revisão da constituição do Japão: As décadas de 1950 e 2010. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**. João Pessoa, v. 8, n. 16, p. 208-228, 2021.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. O nordeste asiático como eixo das disputas hegemônicas: competição e desestruturação da ordem regional. **Brazilian Journal of International Relations**. São Paulo, v. 7, n. 3. 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Algés: DIFEL, 2002.

CHINA CONDEMNS JAPAN PM SHINZO ABE'S YASUKUNI SHRINE VISIT. BBC, 2013. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-25518166>. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

HADDOU, Rashid. WINSOR, Morgan. **Inside North Korea: What life for a rare foreign student in Pyongyang reveals about the reclusive country**. ABC News, 2019. Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/inside-north-korea-life-rare-foreign-student-pyongyang/story?id=62090283>. Acesso em: 5 de mar. de 2023.

Hirofumi Tosaki. The North Korean Nuclear Issue and Japan's Deterrence Posture. **The Japanese Institute of International Affairs**. Tokyo, 2017.

JIA, Oliver. The Pragmatic Nationalist: Assessing Japan's North Korea Policy Under Abe Shinzō. **North Korea Review**. Seoul, v. 19, n. 1, p. 42-56, 2023.

KRETCHUN, Nat. KIM, Jane. A quiet opening: North Koreans in a Changing Media Environment. **Intermedia**. Washington, 2012.

Kyung Hyo Chun. Representation and Self-Presentation of North Korean Defectors in South Korea: Image, Discourse, Voices. **Asian Journal of Peacebuilding**. Siheung-si, v. 8, n. 1, p. 93-112, 2020.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-134.

LERNER, Mitchell. Markets, Movies and Media: The growing soft power threat to North Korea. **The Journal of East Asian Affairs**. Seoul, v. 29, n. 1, p. 41-71, 2015.

MACEDO, Emiliano Unzer. **A Montanha e o Urso: Uma História da Coreia**. Columbia & San Bernardino: Amazon Independent Publishing, 2018.

MANYIN, Mark E. **Japan-North Korea Relations: Selected Issues**. Congress Research Service, 2003.

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

MELCHIONNA, Helena Hoppen; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Revolução Coreana: O desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO. **Dez tópicos sobre a questão de Takeshima**. Tokyo, 2014.

Nguyen Giang Khac. **Media Landscape in North Korea: How strong is the wind of change?** Academia, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/28475998/Media_landscape_in_North_Korea_How_strong_is_the_wind_of_change. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. ARNHOLDT, Karine. Política Externa e Forças Armadas no Japão do século XXI: Entre o pacifismo e a assertividade. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 140, n. 01/03, p. 90-102, jan./mar. 2020.

SILVA, Bárbara Dantas Mendes da. **A atuação internacional do Japão no século XXI: as transformações da Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOFT POWER. Glossário da Revista Relações Exteriores, 23 de fev. 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/soft-power/>. Acesso em: 10/04/2024.

VIANA, Thaisa da Silva. Dokdo ou Takeshima? Posicionamento do Ministério da Defesa Sul Coreano sobre a posse da região afeta relações com o Japão. **O cosmopolítico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 185-193, jun. 2021.

YEUNG, Jessie. BAE, Gawon. **Coreia do Norte usa youtubers para passar ao mundo imagem de país “normal”**. CNN, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-norte-usa-youtubers-para-passar-ao-mundo-a-imagem-de-pais-normal/>. Acesso em: 5 de mar. de 2023.

YOON, Sunny. Mobile Media and its Impacts on Social Change and Human Rights in North Korea. **International Journal of Communication**. Los Angeles, v. 14, p. 1480-1497, 2020.

ANEXO A — TABELA DE PUBLICAÇÕES DA REVISTA KOREA TODAY ENTRE 2013 E 2019.

Título da publicação	Título da publicação em português	Autor	Data da Publicação
Evasive Japan	Japão evasivo	Choe Kwang Guk	Janeiro de 2013
Japan's Crime in Division of the Korean Nation	Crime do Japão na divisão da nação Coreana	Não assinada	Fevereiro de 2013
Never to be forgotten Crimes	Crimes para nunca serem esquecidos	Choe Kwang Guk	Março de 2013
Ri Sun Sin beats off Japanese Invaders with Turtle Boat	Ri Sun Sin derrota invasores japoneses com barco tartaruga	Song Ryo Myong	Março de 2013
Hazard of the US-Japan Security Treaty	Perigo do tratado de segurança EUA-Japão	Não assinada	Abril de 2013
Tok Islet and Ullung Island Belong to Korea	Ilhotas Tok e Ilha Ullung pertencem a Coreia	Kim Un Jong	Maiο de 2013
Dangerous Attempt of Japan	Tentativa perigosa do Japão	Kim Chol Sun	Maiο de 2013
Malevolent Distortion of Criminal Sexual Slavery	Distorção maléfica da criminoso escravidão sexual	Kim Hui Suk	Julho de 2013
Foolish Attempt to Rob an Islet	Tentativa tola de roubar uma Ilhota	Choe Kwang Guk	Outubro de 2013
Japan Tries to Repeat Her History of Aggression	Japão tenta repetir sua história de agressão	Choe Kwang Guk	Novembro de 2013
Where Japan Heads for	Para onde o Japão está indo?	Não assinada	Dezembro de 2013
Japan's Future Depends on Liquidation of Its Past	Futuro do Japão depende de liquidação do seu passado	Choe Kwang Guk	Janeiro de 2014
Dangerous US-Japan Alliance	Perigosa aliança EUA-Japão	Choe Kwang Guk	Fevereiro de 2014
Self-destructive Moves	Movimentos de Autodestruição	Choe Chol Nam	Abril de 2014
Three Arrows for Security—What for?	Três arcos para segurança - Para que?	Choe Kwang Guk	Maiο de 2014
Re-live the Past?	Reviver o passado?	Kim Il Bong	Junho de 2014
Truth: Japan's Past Crimes	A verdade: Crimes passados do Japão	Kim Hyon Ju	Março de 2015
70 Years After Defeat	70 anos após a derrota	Choe Kwang Guk	Junho de 2015
Debtor to International Law	Devedor para lei internacional	Choe Kwang Guk	Julho de 2015
No to Japan's Adventure	Não para aventura do Japão	Choe Kwang Guk	Agosto de 2015

The Event of 140 year ago declares	O evento de 140 anos atrás declara	Kim Il Ryong	Setembro de 2015
What Is the Abe Destined for?	Para que Abe está destinado?	Kim Il Bong	Outubro de 2015
The Catastrophe in the Offing	A catástrofe iminente	Kim Yong Un	Novembro de 2015
Steps into dangerous zones	Passos em direção a uma zona perigosa	Rim Hye Gyong	Dezembro de 2015
Denial of a defeat will bring about another defeat	Negação de uma derrota irá trazer outra derrota	Kim Yong Un	Janeiro de 2016
Doomed to Ruin	Condenado a ruína	Kim Un Ryong	Fevereiro de 2016
Brazen Stance	Postura descarada	Choe Kwang Guk	Março de 2016
Delusion of Japan	Delírio do Japão	Kim Hyon Ju	Abril de 2016
Ingenious Stratagem	Estratagema engenhoso	Ri Song Chol	Mai de 2016
Wriggling Militarism	Militarismo contorcido	Choe Kwang Guk	Mai de 2016
Souls Cry	Almas choram	Choe Kwang Guk	Junho de 2016
Voices of Wrath	Vozes de Fúria	Kim Hyon Ju	Julho de 2016
Japan's massacres of koreans	Massacres de coreanos do Japão	Choe Kwang Guk	Agosto de 2016
What Is Japan's Future Like?	Como será o futuro do Japão?	Rim Hye Gyong	Outubro de 2016
Crimes Never to Be Erased or Concealed	Crimes não podem nunca ser apagados ou escondidos	Kim Hyon Ju	Novembro de 2016
Imperialist Japan's Scheme for A-bomb Development and Massacre of Koreans 1	Esquema imperialista do Japão para desenvolvimento de bomba atômica e massacre de coreanos 1	Não assinada	Dezembro de 2016
Imperialist Japan's Scheme for A-bomb Development and Massacre of Koreans 2	Esquema imperialista do Japão para desenvolvimento de bomba atômica e massacre de coreanos 2	Não assinada	Janeiro de 2017
Imperialist Japan's Scheme for A-bomb Development and Massacre of Koreans 3	Esquema imperialista do Japão para desenvolvimento de bomba atômica e massacre de coreanos 3	Não assinada	Fevereiro de 2017
Imperialist Japan's Scheme for A-bomb Development and Massacre of Koreans 4	Esquema imperialista do Japão para desenvolvimento de bomba atômica e massacre de coreanos 4	Não assinada	Março de 2017

Brazen and Disgusting Habit	Hábito descarado e nojento	Choe Kwang Guk	Abril de 2017
Japan Commits a Fault	O Japão comete uma falta	Rim Hye Gyong	Maio de 2017
Dwindling Social Security Funds Versus Soaring Military Expenditure	Diminuição de fundos de segurança social <i>versus</i> aumento de gastos militares	Rim Hye Gyong	Junho de 2017
Poison Gas Museum Tells	Museus do Gás Venenoso conta	Choe Kwang Guk	Julho de 2017
Day Dream—Kiss of Death	Sonho acordado - Beijo da Morte	Kim Il Ryong	Agosto de 2017
Japan's Sinister Intention of Fanning up the US War Fever	Intenção sinistra do Japão de estimular a febre da guerra nos EUA	Kim Il Ryong	Setembro de 2017
Why Labeled as "Prostitutes"?	Porque são rotuladas como "Prostitutas"?	Kim Il Ryong	Outubro de 2017
Where is Japan going?	Para onde o Japão está indo?	Rim Hye Gyong	Novembro de 2017
Tragedy of Japan	Tragédia do Japão	Kim Il Bong	Dezembro de 2017
Invariable wild ambition	Ambição selvagem invariável	Kim Il Ryong	Janeiro de 2018
Politicians without sense of guilt	Políticos sem senso de culpa	Kim Hyon Ju	Fevereiro de 2018
Don't gamble with country's fate	Não aposte o futuro do país	Kim Hyon Ju	Março de 2018
Disaster Japan is incurring	Desastre que o Japão está enfrentando	Kim Kwang Chol	Abril de 2018
Abe follows in Tojo's footsteps	Abe segue os passos de Tojo	Kim Il Bong	Maio de 2018
What's different?	O que é diferente?	Kim Hyon Ju	Junho de 2018
True nature of "Model in Human Rights"	Verdadeira natureza do "Modelo em Direitos Humanos"	Kim Kyong Hui	Julho de 2018
What makes international community worry?	O que faz a comunidade internacional se preocupar?	Kang Chol Jin	Agosto de 2018
Japan: Theatre of Immorality	Japão: Teatro da imoralidade	Yom Song Hui	Outubro de 2018
Invalid "Ulsa five-point treaty"	"Tratado de cinco pontos de Ulsa" inválido	An Nam Hui	Novembro de 2018
Deceptive advertisement	Propaganda enganosa	Kim Yong Un	Dezembro de 2018
Japan's old crime of sexual slavery revealed 1	Revelado antigo crime do Japão de escravidão sexual 1	Rim Hye Gyong	Fevereiro de 2019
Japan's old crime of sexual slavery revealed 2	Revelado antigo crime do Japão de escravidão sexual 2	Rim Hye Gyong	Março de 2019

Japan's old crime of sexual slavery revealed 3	Revelado antigo crime do Japão de escravidão sexual 3	Rim Hye Gyong	Abril de 2019
Where does wild dreams lead Japan?	Para onde os sonhos selvagens levam o Japão?	Kim Il Bong	Maio de 2019
Constitutional change to make belligerent nation	Mudança constitucional para tornar a nação beligerante	Kim Jae Sok	Junho de 2019
Sinister Plot	Trama sinistra	Kim Kwang Song	Julho de 2019

Fonte: Elaborada pelo autor com base no acervo disponível.

ANEXO B — TABELA DE PUBLICAÇÕES DO SEMANÁRIO PYONGYANG TIMES ENTRE 2018 E 2019

Título da publicação	Título da publicação em português	Autor	Data da Publicação
Military resurgence will bring self-ruin	Ressurgimento militar irá trazer autodestruição	Han Jong Chol	13 de janeiro de 2018
Desperate attempt of political dwarf	Tentativa desesperada do anão político	Choe Yong Nam	10 de fevereiro de 2018
'North Korea threat' dubbed ridiculous	Ameaça da Coreia do Norte" considerada ridícula	Não Assinada	17 de fevereiro de 2018
Mean act	Ato maldoso	Não Assinada	24 de fevereiro de 2018
Responsibility for sexual slavery can never be evaded	Responsabilidade por escravidão sexual nunca pode ser evitada	Rim Hye Yong	3 de março de 2018
DPRK's 'cyberattack threat': a smear campaign	"Perigo de ataques cibernéticos" da RPDC: Uma campanha difamatória	Choe Yong Nam	10 de março de 2018
Subservience to US leads to destruction	Subserviência aos EUA leva à destruição	Compilado da KCNA	17 de março de 2018
Seized with uneasiness	Tomados com desconforto	Song Jong Ho	24 de março de 2018
Military modernization arouses apprehension	Modernização militar desperta apreensão	Han Jong Chol	7 de abril de 2018
Grumbling of political dwarf	Resmungado do anão diplomático	Kim Rye Yong	14 de abril de 2018
Politically lonely island	Ilha politicamente isolada	Kim Rye Yong	5 de maio de 2018

Attempt at overseas military activities brings self-ruin	Tentativa de atividades militares além-mar traz autodestruição	Kim Rye Yong	26 de maio de 2018
Claim for Tok Islets intolerable	Reivindicação por Ilhotas Tok intolerável	Kim Rye Yong	2 de junho de 2018
What doesn't Japan know?	O que o Japão não sabe?	Kim Ryon I	9 de junho de 2018
Japan must redress its sinful past first	Japão deveria primeiramente reparar seu passado pecaminoso	Song Jong Ho	30 de junho de 2018
No future without atoning for the sinful past	Não há futuro sem expiação por passado pecaminoso	Kim Ryon I	7 de julho de 2018
Military turn to Asia a worrisome move	Militares voltam-se para a Ásia, um movimento preocupante	Song Jong Ho	14 de julho de 2018
Ridiculous acts of a political profiteer	Atos ridículos de um aproveitador político	Song Jong Ho	21 de julho de 2018
Taking away national sovereignty	Levando embora a soberania nacional	Choe Yong Nam	28 de julho de 2018
Ridiculous	Ridículo	Choe Yong Nam	28 de julho de 2018
It's shameful to talk about abduction	É vergonhoso falar sobre sequestros	Song Jong Ho	4 de agosto de 2018
Survey details Japan's sexual slavery crime	Pesquisa detalha crimes japoneses de escravidão sexual	Não Assinada	18 de agosto de 2018
No future without redressing wrongs	Não há futuro sem reparação de erros	Choe Yong Nam	25 de agosto de 2018
Trick to worsen situation	Truque para piorar situação	Choe Yong Nam	1 de setembro de 2018
Defense spending on rise causes concern	Aumento com gastos de defesa causa preocupação	Choe Yong Nam	29 de setembro de 2018
Abe's third term of office augurs ill for Japan	Terceiro mandato de Abe é mau presságio para o Japão	Jang Chol	13 de outubro de 2018
SDF notorious for sexual abuses	FAJ notória por abusos sexuais	Om Ryong	20 de outubro de 2018
Risky Scheme	Esquema de Risco	Om Ryong	20 de outubro de 2018
Sinister Scheme	Esquema Sinistro	Om Ryong	27 de outubro de 2018
Friction grows over territorial dispute	Atrito cresce em meio a disputa territorial	Song Jong Ho	3 de novembro de 2018

Dangerous moves to military resurgence	Movimentos perigoso para ressurgimento militar	Om Ryong	3 de novembro de 2018
Bent on military buildup	Empenho para aumento militar	Ri Myong Ju	17 de novembro de 2018
Ulsa five-point treaty illegal and invalid	Tratado de cinco pontos de Ulsa é ilegal e inválido	Song Jong Ho	17 de novembro de 2018
Political dwarf	Anão político	Jon Mi Yong	24 de novembro de 2018
Nasty Scheme	Esquema desagradável	Song Jong Ho	1 de dezembro de 2018
It is high time to Japan thought on its own	Já é hora do Japão pensar por conta própria	Thae Chol	1 de dezembro de 2018
Historical issue puts S. Korea, Japan again at odds	Questões históricas colocam Coreia do Sul e Japão novamente em conflito	Om Ryong	8 de dezembro de 2018
Territorial claim reveals Japan's ill intention	Reivindicações territoriais revelam intenção doentia do Japão	Choe Yong Nam	8 de dezembro de 2018
Japan lambasted as 'barbarian nation in the 21st century'	Japão classificado como "nação bárbara do século XXI"	Kim Yon I	15 de dezembro de 2018
Emperor poisoning illustrates what Japan did to Korea	Envenenamento do imperador ilustra o que o Japão fez para a Coreia	Min Chol	26 de janeiro de 2019
Whale hunters still defiant to international calls	Caçadores de baleias ainda desafiam chamadas internacionais	Om Ryong	23 de fevereiro de 2019
Bloody Massacre illustrates Japan's crimes against Koreans	Massacres sangrentos ilustram crimes do Japão contra coreanos	Pak Hak Chol	2 de março de 2019
Shouts of uprisers reverberate through a century	Os gritos dos rebeldes reverberam através de um século	Om Ryong	2 de março de 2019
Swimming against stream	Nadando contra a maré	Min Chol	30 de março de 2019
Japan needs to follow others' examples	O Japão precisa seguir outros exemplos	Jong Pom Mi	6 de abril de 2019
Sixth 'defense programme' another step towards militarization	Sexto "programa de defesa", outro passo em direção a militarização	Om Ryong	25 de maio de 2019

Ambition behind territorial claims	Ambição por trás de reivindicações territoriais	Song Jong Ho	15 de junho de 2019
---------------------------------------	-------------------------------------------------------	--------------	---------------------

Fonte: Elaborada pelo autor com base no acervo disponível.

AGRADECIMENTOS

À professora Noemia Dayana de Oliveira pelas valiosas orientações e pelo encorajamento dado para realização deste trabalho.

À minha namorada Thais Carvalho Souza pelo apoio e incentivo dado ao longo da escrita deste trabalho.

Aos camaradas Nathan Frederico e Matheus Francisco e às camaradas Bárbara Ellen, Ester Sérvula, Mariana Ribeiro e Ivoneide da Silva pela companhia agradável e divertida ao longo da graduação.

Aos amigos Matheus Grangeiro, João Lourenço, Felipe Maia e às amigas Priscila Rocha, Maria da Guia pela alegria e pelo conforto compartilhados em diferentes momentos deste percurso.

À professora Ofélia Maria de Barros pelos conselhos e ensinamentos compartilhados durante a graduação.

À Regina Leticia, a Lucas Rodrigues e Fabrício Domingos pela amizade inabalável ao longo dos últimos anos e por todo auxílio fornecido em momentos difíceis.

Ao meu primo e amigo Márcio Correia por me presentear com “A Volta ao Mundo em 80 dias”, de Júlio Verne, em 2013, e desde então me encorajar a evoluir e valorizar o conhecimento.

Aos meus amigos Joallyson Pereira, Danielson Souza, Janielson Alves e Helbert Calixto pelas conversas e discussões nas idas e vindas entre Esperança e Campina Grande.

À minha mãe Lucivane Gomes de Almeida e aos meus irmãos Gabriel Gomes de Almeida Machado e Kleber Gomes de Almeida Machado pelo apoio ao longo da vida.

À minha avó Maria de Fátima, à madrinha Luzinete dos Santos e padrinho Neto por me apoiarem ao longo desta jornada e incentivarem meus estudos.